ERRATA

Informo que nas notas taquigráficas referentes à 17ª Reunião Ordinária, constante do processo SEI nº 00001-00008706/2023-96,

Onde se lê:

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 22 DE JUNHO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H	TÉRMINO ÀS 14H50MIN

Leia-se:

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 22 DE JUNHO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H	TÉRMINO ÀS 14H50MIN

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 06/07/2023, às 12:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,

DE 22 DE JUNHO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H	TÉRMINO ÀS 14H50MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do DF para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Câmara Distrital.

Comunico que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fará o isolamento dos assentos destinados aos deputados, no plenário, para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando os depoentes e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou a galeria. Conto com a colaboração de todos.

Solicito aos deputados que registrem as suas presenças. (Pausa.)

Encontram-se presentes os seguintes deputados titulares: deputado Chico Vigilante; deputado Hermeto; deputada Jaqueline Silva; deputado Fábio Félix; deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Joaquim Roriz Neto.

I – Expedientes.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

– Ata da 16ª Reunião Ordinária, de 15 de junho de 2023.

Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos deputados se podemos considerar como lida e aprovada a referida ata.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

A referida ata está aprovada com 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Pergunto ao relator, deputado Hermeto, se deseja fazer algum comunicado.

DEPUTADO HERMETO – Não, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Solicito a inclusão extrapauta do Requerimento nº 164/2023, de minha autoria.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Requerimentos administrativos para discussão e votação.

Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 161/2023, de autoria do deputado Joaquim Roriz Neto, que "Convida o Ministro da Justiça, senhor Flávio Dino de Castro e Costa, para prestar esclarecimento acerca dos fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, é um convite?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É um convite.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 162/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Requer a convocação do senhor Vilmar José Fortuna, capitão-de-mar-e-guerra reformado da Marinha, para prestar depoimento a respeito do seu envolvimento com os atos antidemocráticos praticados dia 8 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 163/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que "Solicita às empresas que especifica relação de consumidores que solicitaram bens ou serviços para utilização no acampamento do SMU no período de 30/11/2022 a 09/01/2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, eu queria uma pequena explicação, porque no período de 30 de novembro! Nós estamos falando dos atos antidemocráticos que englobam o mês de dezembro e o dia 8 de janeiro. Se o autor do requerimento pudesse dar uma justificativa, eu agradeceria, só para me inteirar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix, justifique ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, registre o meu voto pela aprovação.

Nesse requerimento nós queremos entender quem são os fornecedores – já temos outros requerimentos da CPI sobre isso – de todos os equipamentos nesse período do acampamento, especialmente nessa fase crítica inicial e os consumidores. Quem seriam os consumidores? Aqueles que contrataram os serviços, especialmente, porque houve grandes serviços que foram contratados. Depois vamos bater com a lista, inclusive 2 dos nossos depoentes eram supostos consumidores. Vieram aqui, todos aprovaram, e eram consumidores que trataram da questão da contratação do carro de som, de tendas; esses são os consumidores. Não é aquele que foi no ambulante e comprou um refrigerante, uma água, uma cerveja; mas, sim, o consumidor dos serviços das empresas que prestaram naquele período.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deputado Fábio Félix, eu entendo a sua posição, mas meu voto será contrário, porque o que eu percebo aqui? Nós temos o fato definido, o caminho estabelecido pela CPI. Todos os depoentes que passaram por aqui já deixaram registrado que aquele acampamento estava em final de vida, que os praticantes dos atos antidemocráticos e das invasões vieram de fora. Então, quem estava lá eram manifestantes livres.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas eu não vou... Acho que tem... Você sabe que há diferentes posições sobre isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix, está em votação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado pela explicação, deputado Fábio Félix. Voto contra.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Em respeito à imparcialidade, vou votar a favor do requerimento. Acho que todos os requerimentos deveriam ser aprovados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis e 1 contrário. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Passo a presidência à deputada Jaqueline Silva, nossa vice-presidente, tendo em vista

que o próximo requerimento é de minha autoria.

(Assume a presidência a deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Assumo a presidência.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 164/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a aprovação de convite do Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado, Dr. Leonardo de Castro Cardoso, em substituição ao Requerimento nº 160/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que aprovou o convite do Diretor do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Victor Dan de Alencar Alves, ambos da Polícia Civil do Distrito Federal."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Reconheço o voto do deputado Chico Vigilante como aprovado.

Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Devolvo a presidência ao deputado Chico Vigilante.

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 165/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "Solicita ao Exército Brasileiro a relação de pessoas que tiveram tendas e toldos apreendidos no acampamento montado em frente ao Quartel General do Exército Brasileiro inclusive após os atos de vandalismo do dia 08 de janeiro de 2023 a esta Comissão Parlamentar de Inquérito."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu tenho que ir na mesma linha da posição que eu votei agora com o deputado Fábio Félix. Vou rejeitar. Vou votar de forma contrária, porque entendo que isso não é fruto da nossa investigação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está registrado o voto contrário de V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

IV – Oitivas Depoentes.

Oitiva do senhor general Marco Edson Gonçalves Dias, general de divisão, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Peço à nossa assessoria que encaminhe o general G. Dias a este plenário.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o general Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O requerimento que trata desta convocação é o de número 145, de minha autoria. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Marco Edson Gonçalves Dias, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda ter envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado.

Pergunto ao senhor: o senhor trouxe advogado, senhor general?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está com o advogado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o advogado de V.Sa. me perguntou se o senhor pode ler um pequeno trecho de introdução. O senhor está autorizado a ler o texto de introdução.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Muito obrigado, presidente.

Primeiramente, presidente, eu agradeço aqui esse momento e esse convite. Cumprimento V.Exas. da comissão parlamentar de inquérito que compõem esta mesa: deputado Chico Vigilante, presidente; deputada Jaqueline Silva, vice-presidente; deputado Hermeto, o relator; e deputado Fábio Félix. É uma satisfação tê-los...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, há mais deputados presentes: o deputado Pastor Daniel de Castro...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Joaquim Roriz Neto.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Roriz Neto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o suplente, deputado Thiago Manzoni.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ah! O Manzoni. Prazer, senhores.

Obrigado, presidente.

Senhoras deputadas, senhores deputados, sou general de divisão do Exército Brasileiro. Concluí a Academia Militar das Agulhas Negras na arma de infantaria em 1975. Possuo os cursos de forças especiais, de comandos, de guerra na selva, de paraquedista, de aperfeiçoamento de oficiais, curso de comandos, estado-maior, curso de política, estratégia e alta administração do Exército e segurança presidencial. Entre os anos de 2003 e 2010

coordenei a segurança do presidente da República. Em 2011, como general de divisão, comandei a 6ª Região Militar, em Salvador, Bahia. Em novembro de 2022, fui convidado para assumir o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Tomei posse no dia 1º de janeiro de 2023. Pedi afastamento do posto em 19 de abril último. Saí por causa da divulgação imprecisa e desconexa de vídeos gravados no interior do Palácio do Planalto durante a invasão ao prédio em 8 de janeiro de 2023. Naquele dia, foram cometidas agressões impensáveis à democracia brasileira. Eu era ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, cabia a mim preservar a sede do Poder Executivo, o Palácio do Planalto. No dia 8 de janeiro, defendi o Palácio presidencial no meio de um levante antidemocrático. Para compreender os fatos daquele domingo, é preciso voltar ao tempo. Sexta-feira, 6 de janeiro, era o último dia da semana, em que o presidente da república havia tomado posse sob um clima de brutal tensão de segurança, e tudo havia dado certo. A posse presidencial, no dia 1º de janeiro, transcorreu dentro da normalidade, foi uma festa democrática. Entre os dias 2 e 6 de janeiro, alguns ministros tomaram posse em seus cargos, medidas provisórias foram enviadas ao Congresso Nacional. Parlamentares, governadores, chefes de estado e integrantes dos 3 Poderes circulavam, normalmente, por Brasília. Não houve um único conflito de segurança capaz de chamar a atenção do público. Permanecia, contudo, a situação embaraçosa dos acampamentos de partidários do ex-presidente diante do quartel-general do Exército, algo que não deveria ter sido permitido – e o foi. O governo que assumiu herdou a situação. Ela era incômoda. Fosse no governo, fosse no comando das Forças Armadas e das forças federais de segurança, estávamos decididos a pôr fim àqueles acampamentos. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal realizou uma reunião, no dia 6 de janeiro, com diversos órgãos e setores encarregados da segurança e da prevenção de distúrbios na Esplanada, e não convidou o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência para se integrar. Isso é público, já foi dito e descrito em reportagens. Dia 6, portanto, já havia me encaminhado para encerrar o expediente no Palácio do Planalto. Telefonei para o diretor adjunto da Abin – Agência Brasileira de Inteligência, o senhor Saulo Moura da Cunha. Troquei ideias genéricas sobre a segurança palaciana. Não falamos de nenhum esquema especial para o dia 8, domingo, porque não havia nenhuma informação que nos indicasse que ocorreria o que ocorreu. Deixei o Palácio por voltas de 18 horas. O Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin, que tem a Abin como o órgão central administrador, tinha como canal oficial, utilizado para transmissão de conhecimento de inteligência entre a Abin e os demais órgãos, uma ferramenta chamada Correio Sisbin. Ela não estava sendo usada porque a comunicação vinha sendo feita por alertas de WhatsApp. A Abin havia adotado um grupo de troca de mensagens no qual estavam o Centro de Inteligência da Marinha, o Centro de Inteligência da Força Aérea, o Centro de Inteligência do Exército, a Assessoria de Inteligência da Defesa e a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça. A partir de 6 de janeiro, depois que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal montou a Célula Integrada de Inteligência e Segurança Pública do Distrito Federal, os alertas migraram para lá. Entre 2 a 5 de janeiro, os alertas não apontavam para a espiral de violência ou depredações que ocorreu; ao contrário, diziam que o movimento se esvaziava. Às 16 e 30 horas do dia 6 de janeiro, o alerta de atualização das manifestações registou o seguinte – abre aspas: "Em Brasília foram bloqueados os acessos na avenida do Exército. O Exército realiza operação de redisposição da estrutura de acampamento junto a manifestantes na proximidade do QG do Exército e da Praça dos Cristais. Não foram identificadas manifestações em outros locais da capital" – fecha aspas. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal assegurava que tudo estava sob controle, que ações especiais eram desnecessárias. Aquele era o cenário no momento em que deixei o expediente dia 6. As operações de plantão estavam montadas. Sábado, dia 7, passei todo o dia em casa, com minha família, em Brasília. Não recebi nenhum alerta dando conta de uma escalada de anormalidade. Presumo que o sistema integrado prosseguiu com seus alertas, difundidos para a célula de inteligência montada pela Secretaria Pública do DF. Mas, insisto, os alertas não chegavam a mim pelos canais oficiais estabelecidos. Nenhuma. Naquela primeira semana de governo, eu seguia usando meu aparelho celular pessoal e meu aplicativo pessoal de WhatsApp. Domingo, dia 8 de janeiro, passei a manhã em casa. No meio do fim da manhã, troquei informações por telefone com a coronel Cintia, da Polícia Militar do DF. Ela me disse que estava tudo calmo. Também entrei em contato com o diretor adjunto da Abin, Saulo. Ele expressava certa preocupação. Por volta das 14 horas,

inquieto e preocupado, decidi ligar para o general Penteado. Era o meu secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional, general Carlos José Assunção Penteado, que havia ocupado o mesmo cargo na gestão de meu antecessor, o Augusto Heleno. O general Penteado me disse que estava tudo normal, que estava tudo tranquilo, e que eu não precisava ir ao Palácio do Planalto. Porém, permaneci inquieto, decidi ir ao Palácio. Deixei minha casa, na região do Jardim Botânico, peguei a QI 23 do Lago Sul, atravessei a ponte JK. O acesso da via N1 estava fechado, bloqueado; desviei para a N2; deixei meu carro no bolsão de estacionamento; peguei o carro disponibilizado na garagem pelo tenente-coronel Alex, com motorista do GSI. A viatura levou-me à cancela leste do Palácio do Planalto, o general Penteado foi ao meu encontro. Perguntei a ele o porquê de o bloqueio na frente do Palácio do Planalto, que deveria ter sido feito pela Polícia Militar do Distrito Federal, não haver sido montado. Aquele era o bloqueio do plano de operações escudo do Planalto, e tinha que ser montado. Não estava... Inclusive, cobrei dele, com um palavrão, o motivo de o bloqueio do plano escudo não ter sido feito. O general Penteado, que não deu resposta à minha pergunta, saiu para montar o bloqueio de proteção, porque eu ordenei. Avistei, em meio à confusão, o general Feitosa, secretário de segurança do Departamento de Segurança Presidencial; o coronel Garcia, coordenador-geral de segurança das instalações; coronel Wanderli, diretor-adjunto do Departamento de Segurança. Liguei, então, para o general Dutra, general Gustavo Henrique Dutra, que era o comandante militar do Planalto. Pedi ao general Dutra que mandasse, de imediato, para o Palácio do Planalto, todo o reforço que ele tinha em mãos. Ao desligar com o general Dutra, olhei na direção da rodoviária e vi manifestantes começando a descer a pista do Ministério da Justiça, que é uma rampa. Assisti ao último bloqueio da Polícia Militar de Brasília ser rompido antes que os vândalos chegassem ao Planalto. Aquilo não podia realmente ter acontecido. Na reunião do dia 6 de janeiro, para a qual o GSI não foi convidado, estabeleceu-se o Protocolo de Ações Integradas – PAI. Ele determinava que deveria haver bloqueio e revista dos manifestantes na altura do Buraco do Tatu, onde fica a Rodoviária do Plano Piloto, quando o Eixo Monumental deixa de ser uma via eminentemente dos Poderes de Brasília e passa a se tornar a Esplanada dos Ministérios e, depois, deságua na Praça dos Três Poderes. Deveria existir depois dali um bloqueio total que impedisse o acesso à Alameda das Bandeiras e à Praça dos Três Poderes. Ele, aparentemente, não existiu ou foi tênue ou inexpressivo. Vi os manifestantes descerem do Ministério da Justiça para o Palácio do Planalto. Ao ultrapassarem a área do estacionamento oeste do Planalto, eles encontraram uma tropa pequena do Batalhão da Guarda Presidencial, mas furaram esse bloqueio. Na avenida em frente ao Palácio, a resistência da Polícia Militar foi vencida. A partir daí, passaram a agir como se tivessem uma coordenação e atuaram como se fossem cercar o Planalto. Eu assisti a tudo isso no térreo do Palácio do Planalto. Claro que tive ímpeto de reagir, de confrontar. Contudo, readquirindo o autocontrole, concentrei-me na minha missão: não deixar que devassassem o núcleo central do poder palaciano, o gabinete do presidente, que fica no terceiro andar. Eu estava desarmado e à paisana; havia saído de casa sem saber que tipo e situação encontraria e jamais esperei encontrar aquela situação. "Morrer se preciso, matar, nunca!" era o lema do marechal Cândido de Rondon, um dos patronos do Exército Brasileiro. É meu lema também. Concentrei-me em retirar os vândalos do Palácio o mais rápido possível. De preferência, claro, sem baixas e sem confrontos sangrentos. Só havia uma forma de fazer aquilo: de cima para baixo. Dei a ordem aos oficiais que estavam no Palácio. Era preciso alcançar o quarto andar do Palácio, o último, e descer evacuando os manifestantes de cima para baixo. Isso foi feito. Quando subi do segundo andar para o terceiro, em uma sala de reuniões contígua ao gabinete presidencial, encontrei uma senhora, uma mulher mais jovem e um rapaz. A senhora estava assustada; a mulher, neutra; o rapaz estava profundamente alterado. Tivemos algumas altercações, evitei a violência e conduzi todos eles e mais alguns para o local de acesso à escada que os levaria para o segundo andar. Eu havia determinado que as prisões fossem feitas no segundo andar. Cuidei pessoalmente de manter indevassado o gabinete do presidente da República. Preservamos todo o quarto andar, as salas do gabinete pessoal, as salas do presidente, e bloqueamos o acesso aos anexos do Palácio. E repito: sem nem uma gota de sangue. No Palácio, foram presos 182 invasores, que estavam nos corredores, e foram presos a partir de minhas determinações. Quando a minha ordem para que efetuassem as prisões já tinha sido dada, o ministro Flávio Dino, da justiça, telefonou-me e pediu que eu fosse ao ministério encontrá-lo. Escoltado pelo coronel Rogério, desci as

escadas, passei pelo segundo andar, pelo térreo, pela garagem e alcancei o meu carro. Pela via N2, dirigi-me ao Ministério da Justiça. Fui comunicado que o secretário-executivo dele, o Ricardo Cappelli, seria nomeado interventor da Segurança Pública do Distrito Federal. Ressalto: enquanto estava no Ministério da Justiça, as prisões já estavam ocorrendo no Palácio do Planalto. Esses são os fatos. Restauramos o controle público e institucional da ordem sem nem um confronto que tenha posto em risco vidas humanas – nem do nosso lado nem do lado dos vândalos. Fiz tudo o que estava ao meu alcance. Estou à disposição desta comissão. Obrigado, senhores. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, general Gonçalves Dias.

General, quando o Presidente Lula o escolheu para ser o ministro-chefe do GSI do seu novo governo, o senhor teve quantos dias para montar sua equipe e realizar a transição com o general Augusto Heleno? Houve uma transição pacífica entre os senhores? O senhor foi colocado a par de tudo o que acontecia nos acampamentos em frente aos quartéis do país afora e, principalmente, no acampamento em frente ao quartel-general do Exército, nesta capital, general? Aqui, eu vou fazendo as perguntas e o senhor vai respondendo pergunta a pergunta. Funciona diferente da CPMI, em que fazem um amontoado de perguntas e fica difícil de responder depois. Portanto, aqui, o senhor vai responder uma por uma.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Muito obrigado, presidente. Senhoras e senhores, nós estávamos, na primeira semana, no Palácio do Planalto. Nessa primeira semana, aconteceu um fato extremamente atípico: que foi a mudança do Gabinete de Segurança Institucional – que ficava no quarto piso – para o terceiro piso. Então, além da primeira semana, que é uma fase de adaptação de todo mundo no Palácio do Planalto, nós tivemos esse percalço de estar em um processo de mudança. Não tive, especificamente, contato com o general Heleno. Não houve transição nenhuma. Também não houve transição nenhuma sobre o que estava acontecendo em frente ao QG concernente aos manifestantes. Praticamente, senhores e senhoras, eu assumi a equipe antiga, principalmente o secretário-executivo. O secretário-executivo é o grande gestor do ministério. O ministério de segurança tem 4 secretarias e um departamento. Então, é isso, presidente. Eu não sei se respondi a pergunta feita pelo senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor respondeu. Acho que está claro que não houve transição.

Segunda pergunta: general, após a bem-sucedida posse presidencial do dia 1º de janeiro de 2023, sem nenhuma intercorrência de segurança, quais foram os procedimentos de segurança adotados pelo GSI, com a finalidade de evitar ataques e atentados à sede do Poder Executivo, ao presidente da República recém-eleito, ao vice-presidente e ao ministro de Estado? Faço essa pergunta, pois, mesmo após a posse do presidente Lula, os acampamentos em frente aos quartéis foram mantidos. E, nesses locais, é sabido por todos que havia milhares de pessoas insatisfeitas com a eleição do presidente e que ameaçavam os poderes consolidados, até mesmo ameaçavam a integridade do presidente. Sendo assim, eu gostaria de saber do senhor: quais medidas o senhor, como ministro-chefe do GSI, adotou para preservar a segurança do presidente da República e dos poderes constituídos?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, presidente, deputado Chico Vigilante, essa pergunta é importante e volto a alguns aspectos da primeira pergunta, que são a fase transitória de mudança e também a primeira semana. A segurança do Palácio do Planalto é feita especificamente por uma das secretarias que compõem a estrutura do ministério, é a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial. A Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial tem uma estrutura. A estrutura dela concernente a essa obrigação que o presidente perguntou, nós temos o Departamento de Segurança. O Departamento de Segurança Presidencial tem 2 coordenações-gerais: uma coordenação-geral de análise de risco e outra coordenação-geral de segurança de instalações; uma comandada pelo coronel Amorim e outra comandada pelo coronel Garcia. A secretaria é comandada por um general que, à época – e esse general também era da época do general Heleno –, era o general Feitosa. Essa secretaria coordena um plano de operações que se chama escudo do Planalto. Esse plano de operações aborda medidas operacionais e administrativas para conter a invasão e a proteção das instalações. Ela tem no seu conceito de operação para a segurança do Planalto... Essa

segurança é feita em 4 linhas, que eu chamo de linhas de contenção ou linhas de bloqueio. A primeira e a segunda linha... ela é feita e acordada com a Polícia Militar. Na terceira linha, nós temos os agentes de segurança patrimoniais – são agentes de segurança de instalação. E a última linha é a tropa de choque do Comando Militar do Planalto. Na sua concepção também, ele está ativado permanentemente, a partir do momento que o senhor tem sempre, no Comando Militar do Planalto, uma tropa que está de prontidão. O que varia nele em termos de uma ameaça? Varia nele a análise de risco, a criticidade que você coloca em cima do plano. Nessa análise de risco, você pode aumentar ou diminuir essa tropa que está de prontidão. À época, essa análise de risco, feita pelo coronel Amorim, era de baixa intensidade e de baixa adesão. As informações vinham de redes abertas e as informações vinham também da área de inteligência da Polícia Militar, que estabelece uma agenda de manifestações. Presidente, eu não sei se respondi, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou fazer a próxima pergunta.

General, o senhor teve tempo hábil para montar sua equipe no GSI? O senhor escolheu os integrantes de sua equipe com pessoas de sua confiança ou preferiu ouvir militares e políticos e manter alguns integrantes que já estavam no órgão a serviço do general Augusto Heleno? O senhor, como ministro-chefe do GSI, após o dia 1º de janeiro de 2023, exonerou servidores que ocupavam cargos estratégicos no órgão sob o comando do general Augusto Heleno? Quantos militares foram mantidos em seus cargos? O senhor poderia nos informar os nomes dos servidores que foram mantidos em postos relevantes do GSI e o porquê de o senhor tê-los mantido em tais cargos?

O senhor tem como informar isso para todos nós?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Tenho, presidente. Eu tenho. Tudo, tudo, eu volto à primeira pergunta, à segunda. Fase de transição, no primeiro mês, no segundo mês, ela é difícil. Você assumindo um ministério, e não foi passada nenhuma informação e você sai à cata de informação. Essas informações são oriundas logicamente do pessoal antigo que está lá. É uma coisa lógica. Nós fazemos isso no Exército. Quando você assume um batalhão, ou assume qualquer função no Exército, o comandante que sai fica, às vezes, um mês passando o serviço para o comandante que entra. E essa transição é extremamente importante. Então, vejamos o seguinte... Vou responder a sua pergunta, presidente – muito obrigado por tê-la feito –: eu optei por meio termo. No dia 1, foram exonerados toda a assessoria parlamentar do antigo ministro, toda a assessoria de comunicações do antigo ministro; os assessores especiais dele foram; o adjunto do secretário-executivo. Isso aí deu em torno de 9 pessoas. Eu conservei... A Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial – o general Feitosa era do antigo governo –, eu preservei. Eu preservei também o secretário-executivo, que era o general Penteado. Eu preservei o secretário de assuntos de defesa e segurança nacional, que era o brigadeiro Max, e preservei o secretário de coordenação de sistemas, que era o brigadeiro Silva Gomes. Eu exonerei, após o dia 8, o general Feitosa. Exonerei, após o dia 8, o general Penteado. Conservei o brigadeiro Max e o almirante Silva Gomes. Por quê? Porque as áreas deles são estratégicas e de extrema importância para o Estado brasileiro. Eu não sei se os senhores têm noção, o Gabinete de Segurança Institucional é o grande arcabouço e guarda-chuva de proteção do Estado brasileiro. Uma dessas... A secretaria do almirante cuida da área aeroespacial e da área nuclear; a do brigadeiro Max cuida de toda a infraestrutura estratégica do país. Se os senhores pararem o linhão que sai de Itaipu para a região Sudeste, quantos por cento os senhores param do PIB brasileiro? Então, é uma área extremamente importante e estratégica. Eu os conservei inicialmente, até adquirir conhecimento e que tivesse continuidade nas operações. Depois do dia 8, eu exonerei várias pessoas, categoricamente, da Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial. Foram exonerados cerca de 35% de todo o efetivo. Isso daí equivale, mais ou menos, a 250 pessoas. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, nós sabíamos que existia um movimento de não se reconhecer o resultado das eleições, plantando células terroristas em vários pontos do Brasil. O senhor assume o GSI sem transição – o senhor afirmou aqui que não houve transição. Por que o senhor não exonerou essa turma toda imediatamente após a sua posse? Nós sabíamos que eles estavam tramando para a derrubada do poder constituído. É a pergunta.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado. Essa é uma pergunta difícil. Você, quando assume, tem que ter continuidade na operação. E essa era exatamente a primeira semana. E era nessa primeira semana que nós estávamos fazendo isso. Não esperávamos que houvesse o dia 8. Então, o GSI como um todo estava providenciando que isso acontecesse, presidente, e estava no processo. O senhor não chega e retira todas as pessoas. É feito paulatinamente, haja vista também que a troca, dentro das Forças Armadas... A partir do momento em que o senhor solicita a substituição, o senhor exonera. E o recebimento da substituição tem um tempo, um processo. Eu tiro um sargento e retorno ele para as Forças Armadas. Aí, o sargento que vem para o local desse é de Porto Alegre. Aí, ele demora 15, 20 dias, 1 mês, 2 meses para assumir essa função. Então, nós estamos trabalhando numa conjuntura totalmente diferente do que os senhores imaginam. Há um processo para tudo. Nas Forças Armadas, o senhor não clica o dedo e manda embora. Então, isso estava sendo feito paulatinamente e dentro de um projeto e dentro de um programa. Quem fazia isso lá, presidente, era exatamente o Departamento de Gestão. O Departamento de Gestão, que trabalha com pagamento, mudança, transferência, tem cerca de 60 pessoas. Então, é uma atividade, até certo ponto, complexa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

General, no dia 6 de janeiro de 2023, houve uma reunião de diversos órgãos de segurança e inteligência do Distrito Federal e da União, reunião essa que ocorreu na sede da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Ao final dessa reunião, foi aprovado o PAI nº 2/2023, que tinha por finalidade traçar ações integradas dos órgãos de segurança e inteligência para acompanhar as manifestações programadas para aquele fim de semana, nesta capital. Indago: o senhor participou dessa reunião ou designou algum assessor para participar dessa reunião? O GSI foi convidado a participar dessa reunião? Caso o GSI não tenha sido convidado a participar dessa reunião, o senhor considera que o GSI não foi convidado pela Secretaria de Segurança Pública como responsável pela segurança institucional da Presidência da República do Palácio do Planalto ou o senhor entende que o convite não foi realizado de caso pensado pelo ex-secretário de segurança pública do Distrito Federal, Anderson Torres?

São essas as perguntas, general.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O GSI não foi convidado. E aí também retorno aos outros questionamentos sobre a primeira semana e essa fase de transição da primeira semana. Pode ter havido, nesse ínterim, algum fato que levou a não recebermos esse convite. Presidente, a área de segurança pública do Distrito Federal é fantástica. Em 2007, foi feita uma reunião e estabelecido um protocolo que se chamou protocolo tático integrado. Esse protocolo é... Todas as organizações, instituições e órgãos, quer sejam eles do GDF ou federais, quer sejam eles de defesa ou de segurança pública, se reúnem de forma conjunta, coordenada e sistêmica para que haja um planejamento integrado em caso de manifestação. E aí, a Secretaria de Segurança Pública, mais especificamente a Subsecretaria de Operações Integradas, faz um planejamento, convidando todos esses órgãos para que a segurança da Esplanada e da Praça dos Três Poderes seja coordenada, uníssona, sistêmica, estabelecendo aí o protocolo de ações integradas ou o plano operacional integrado, de acordo com a complexidade da operação. No ano anterior, no dia 7 de setembro, foi feita essa mesma reunião. Eu não sei se o senhor sabe – é claro que o senhor sabe –, o secretário de segurança pública é o órgão central desse protocolo tático integrado. Sendo o órgão central, ele aciona o protocolo com uma portaria. No dia 7 de setembro do ano anterior, foi feita uma portaria. No dia 1º de janeiro, foi feita também uma portaria, acionando o protocolo. E nos 2, presidente, nos 2, tanto no dia 7, na portaria do dia 7 de setembro, como no dia 1º, foi estabelecido o plano de operações integradas porque as operações eram extremamente complexas. E tiveram, nos 2, extremo sucesso. Veja o seguinte: no dia 8, não foi feito isso. E aí vem a última pergunta do senhor. Não foi feito isso, presidente. Por que não foi feito? Aí, os processos que estão correndo no STF, no STM, na própria polícia têm que ser apurados. Tem que apurar, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, com a experiência que o senhor tem, isso foi feito ou não foi feito de caso pensado pelo Anderson Torres?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Presidente, eu realmente não posso afirmar isso.

Eu acho que os procedimentos investigatórios que estão correndo vão avaliar isso, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor avalia que sempre aconteceu e, nesse dia, não aconteceu. No dia 8.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim. Sim. Eu tenho uma pasta com documentação. Eu não sei se o senhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou até pedir para o senhor deixar essa pasta conosco depois.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Claro! Então, tem aqui as duas portarias.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu insisti nessa pergunta, general, porque é grave. Uma coisa que era praxe, que sempre acontecia e, de repente, para o dia 8, não aconteceu! E com um agravante! Nós estamos tentando trazer o senhor Anderson Torres aqui para esta CPI porque – o senhor sabe, Brasília e o Brasil sabem –, além de não cumprir isso que era praxe, ele viajou para os Estados Unidos e não repassou o cargo de secretário para o secretário-executivo. Isso é muito grave.

Vou à próxima pergunta: general Gonçalves Dias, quais as informações que a Abin lhe repassou? Pois nos parece que o senhor ficou alheio ao que ia acontecer entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2023. O senhor foi informado da intenção de tomada do poder? Se foi informado, por qual meio chegavam essas informações? Telefonemas, relatórios, mensagens pelo WhatsApp? Como ministro-chefe do GSI, o senhor participava de algum grupo oficial ou formal de troca de informações de inteligência? São as perguntas.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nunca participei de nenhum grupo. Não mantive *e-mail* com nenhum grupo. Nesse período, eu só fiz contato com o diretor adjunto da Abin.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Abin não passou relatório nenhum para o senhor?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhor. A Abin não passou nenhum relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos investigar também o comportamento da Abin.

General Gonçalves Dias, quais providências foram tomadas pelo GSI no dia 6 de janeiro de 2023 para garantir a segurança pessoal do Presidente da República e do Palácio do Planalto para aquele final de semana, haja vista as informações de que havia um movimento marcado para a Esplanada dos Três Poderes denominado tomada do poder? Qual foi o efetivo previamente alocado no Palácio do Planalto para conter manifestantes? Que outras medidas o senhor determinou à sua equipe, diante das informações recebidas, general?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, presidente. No dia 6, dia 7 e dia 8, mais especificamente 7 e 8, a secretaria responsável pela coordenação de segurança do Planalto é a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial. E quem faz as escalas de serviço, e já é uma rotina, é a Coordenação-Geral de Segurança de Instalações, no caso ali, da responsabilidade do coronel Garcia. E ele fez as escalas para o dia 7 e dia 8 dentro também do próprio acionamento do plano de operações do Planalto. Nós tínhamos de serviço, no dia, 49 homens da Segurança de Instalações, tínhamos 46 homens do 1º Regimento de Cavalaria e 38 homens de prontidão do RCG... do BGP. E também, em condições de acionar de prontidão, 3 companhias de fuzileiros que compõem um batalhão, no total de 376 homens. Isso foi no dia 6 e isso foi no dia 7. Essa escala é uma rotina e é de responsabilidade também do general Feitosa, que é o secretário, e de responsabilidade também do secretário-executivo, que era o general Penteado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Gonçalves Dias, a mídia em geral afirma que o senhor ou alguém ao seu mando adulterou ou fraudou documentos produzidos pela Abin e que foram enviados ao Senado Federal, à Comissão de Controle e Atividade de Informações e ao Ministério Público para retirar o registro de vários informes de inteligência que o senhor teria recebido da Abin. Indago: o senhor foi o responsável por essas adulterações? O senhor determinou que seu nome fosse retirado desses documentos? Se o

senhor não adulterou ou determinou adulteração de tais documentos, a quem o senhor atribui tais adulterações?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não adulterei e nem fraudei nenhum documento. Eu sempre falei no GSI, principalmente nessa semana, que todo documento que passasse por lá tinha que ser a expressão da verdade. E aí nós temos dois casos que devem ser separados. A CCAI solicitou ao GSI o que a Abin tinha produzido de informação. Esse documento passou para a Abin, que respondeu com um copilado de mensagens de aplicativo em que havia a informação do dia/tempo; na coluna do meio, o acontecido; e na última coluna, difusão. Nesse documento tinha ministro do GSI. Eu não participei de nenhum grupo de WhatsApp. Eu não participo do grupo, eu não sou, na realidade, o difusor daquele compilado de mensagens. Então, o documento não condizia com a verdade! Esse era um documento, que foi acertado e enviado para a CCAI. Existe um segundo documento que foi solicitado pelo Ministério Público Federal. Os 2 documentos, viu presidente, no seu conteúdo, são iguais, data e conteúdo, os 2 documentos são iguais, diferem os 2 documentos na difusão. Diferem os 2 documentos da difusão e não tem GSI. Esse segundo documento enviado para o Ministério Público Federal foi enviado também para o Ministério Público Militar. No período que eu passei lá, do dia 1 ao dia 19, passaram pela minha mão esses 2 documentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Gonçalves Dias, essa informação que o senhor traz é muito grave, porque ela demonstra que um órgão de Estado, pelo que o senhor está dizendo, e eu acredito no que o senhor está falando, fraudou um documento e é preciso que as autoridades apurem a quem interessava essa fraude. Isso é grave e precisa ser investigado. Essa fraude interessava a quem? E foi um órgão de inteligência da República que fez isso. Portanto, isso é grave.

Quem era o diretor-presidente da Abin, à época?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O diretor adjunto era o Saulo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele é o responsável por isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele é o responsável por produzir o documento. A Abin é responsável por produzir o documento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo. Isso é grave, relator.

General Gonçalves Dias, no dia 8 de janeiro de 2023, que horas o senhor decidiu ir ao Palácio do Planalto e por quê? O senhor chegou ao Palácio do Planalto sozinho ou acompanhado de algum assessor? Segundo consta em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor chegou ao Planalto por volta das 14 horas e 50 minutos.

Indago: quando o senhor chegou à sede do Palácio do Planalto, o prédio já havia sido invadido? O senhor solicitou apoio ao Comando Militar do Planalto antes de o prédio ser invadido? O apoio foi realizado? Se foi, por que houve a invasão do Planalto?

Eu estou fazendo essas perguntas, general, porque eu quero acrescentar mais uma coisa: circula pelos meios, especialmente difundido por determinados segmentos, que o senhor distribuiu água para os manifestantes, que o senhor teria buscado água gelada para dar para os manifestantes. Portanto, essa pergunta é para que o senhor esclareça tudo isso. Que hora que o senhor chegou? Como é que estava? Quando se deu a invasão e se o senhor distribuiu água para os manifestantes? Manifestantes não, terroristas.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – De manhã, como eu já disse naquela primeira introdução minha, eu telefonei para a coronel Cíntia. A coronel Cíntia disse que estava tudo calmo. Telefonei para o general Penteado, ele disse que estava tudo calmo. Liguei para o Saulo ou ele ligou para mim, realmente não me lembro, e o Saulo se mostrou preocupado. Eu saí e fui para o Planalto. Cheguei ao Planalto por volta de 14, 14 horas e 30 minutos. Nesse momento, chamei a atenção do Penteado porque o bloqueio na frente do Palácio não estava sendo feito. E vi o rompimento daquele bloqueio da Polícia Militar, na altura do Ministério da Justiça. Nesse momento, liguei para o presidente e disse o que estava acontecendo. Liguei para o Dutra e pedi reforço. Fui atendido nesse reforço e tive apoio do Dutra. Presidente, o senhor pergunta: "O Palácio foi invadido". O Palácio, senhores, é de 1960, inaugurado em

1960. Está a 30 metros de uma rua movimentada, não há nenhum anteparo físico que possibilite você fazer a contenção, ali, de pessoas ou invasores. Além disso, toda parte de baixo é de vidro. Cada vidro quebrado é uma porta de entrada. A vulnerabilidade dele é extremamente grande. Em 1989, um ônibus entrou diretamente e bateu na pilastra mestra do Planalto. Àquela época, fizeram, como medida paliativa, o laguinho. Àquela época, fizeram. O senhor deve até se lembrar disso. Presidente, existe uma narrativa de que eu facilitei ou deixei por facilitar. Eu não servi água para ninguém. Aquela imagem do major servindo água, e eu do lado... a imagem do major foi gravada às 15 horas e 59; a minha imagem foi gravada às 16 e 30. A defasagem da imagem dele dando água com a minha são 30 minutos. Então, eu não estava junto dele. Eu não servi água. Eu não fui conivente com o que estava acontecendo. A partir do momento... isso é extremamente simplista... Todo o quarto piso foi preservado. Toda a sala do presidente foi preservada. Com as ordens que eu dei, todo o gabinete pessoal do presidente foi preservado. Evitamos os acessos ao quarto piso. Foram 182 prisões, e não houve mortes. O senhor imagina, presidente, como seria a CPI, se houvesse mortes tanto de um lado como do outro, como seria conduzido isso daqui, presidente? Então, é um caso a pensar e realmente colocar, senhores, senhoras, deputados, deputadas, a mão na consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, eu vou insistir. O senhor foi filmado por câmeras de segurança, no interior do Palácio do Planalto, enquanto o prédio era invadido e depredado. Uma primeira edição das imagens divulgadas pela CNN mostra o senhor como se estivesse abrindo o gabinete presidencial para os invasores e sendo excessivamente condescendente com eles. Depois, outras reportagens de outros veículos de imprensa e da própria CNN, que se desmentiu, mostram de forma diferente o que teria ocorrido naquele momento.

Afinal, o que ocorreu em sua presença no interior do Palácio do Planalto naquele fatídico dia 8 de janeiro de 2023? Por que a sua equipe não efetuou prisões no momento das imagens? O major José Eduardo Natale tinha alguma ligação com o general Augusto Heleno? Por que o senhor o manteve no cargo após assumir o GSI? Foi o senhor que determinou ao major Natale que distribuísse água para os manifestantes?

Eu estou insistindo na água, general, porque o que mais circula por aí é que teria sido o GSI que distribuiu água para os terroristas.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não mandei distribuir água e esse procedimento do major José Eduardo Natale... Ele está sendo ouvido num processo de sindicância que eu mandei instaurar. Então, isso vai ser apurado e ele vai ser punido se tiver...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se o senhor mandou abrir um processo é porque ele fez errado, né?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu mandei abrir processo para fazer a apuração de tudo, de tudo o que tinha acontecido e para saber se houve responsabilidade das pessoas. O que circula nas redes sobre o meu procedimento nesse quadro que o senhor falou é uma narrativa que estava sendo criada. E que é um estereótipo. É uma falácia. Isso é inadmissível. Inadmissível. Dizer que eu estava facilitando! Naquele quadro que o senhor postou aí, presidente, eu estava subindo, eu estava subindo do segundo andar para o terceiro. Passei literalmente por uma porta de vidro. Verifiquei se a porta que entra na sala do presidente, por meio do ajudante de ordem, estava fechada. Saí pela outra porta de vidro. A porta contígua ao gabinete do presidente, que é uma sala de reuniões, ela estava aberta e escutei vozes lá dentro. Entrei, vi 3 pessoas no fundo da sala, escondidas. Retirei as 3 pessoas: uma senhora, uma jovem e um rapaz visivelmente alterado. Tive que me conter. Se eu fosse, presidente, uns 10 anos mais novo, a situação seria diferente, mas eu estou com 73 anos já. Apesar de todos esses cursos que eu li, a idade pesa. Tirei-os e mostrei qual era o caminho para o segundo andar. Nisso vieram mais 4 manifestantes, que foi indicado o segundo andar. Aquelas pessoas que ficaram ali, ali em volta, eram oficiais: coronéis e majores e sargentos do GSI, que permaneceram – quando nós retirávamos as pessoas – naquela área entre portas de vidro. Respondi, presidente? O senhor quer que eu faça uma complementação?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou para a próxima pergunta e aí o senhor complementa.

General Gonçalves Dias, existe imagem do senhor e de outros vários militares escoltando manifestantes golpistas dentro do Palácio do Planalto. Há aqui uma imagem em que o senhor aparece acompanhado por pelo menos 5 integrantes do GSI acompanhando um grupo de 4 manifestantes.

Sendo assim, eu indago: por que os senhores do GSI não efetuaram as prisões dessas pessoas? Por que o senhor e sua equipe foram condescendentes com aqueles manifestantes?

Eu vou passar as imagens que temos para que o senhor possa responder melhor.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

(Exibição de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A pergunta é: por que não prenderam esses terroristas logo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Presidente, nós estamos trabalhando com um efetivo reduzido em um prédio de 36 mil metros quadrados e a ordem dada era que as prisões fossem feitas no segundo andar, preservando, logicamente, o ser humano para que não acontecesse nenhuma morte, nenhum ferido. Então, a ordem era retirar e fazer as prisões em uma área mais ampla que era o segundo andar. Isso foi feito. Isso foi feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, como as imagens do senhor no Palácio do Planalto vazaram para a imprensa? Quem era o responsável pela guarda daquelas imagens? O senhor acredita que algum integrante do GSI da época do general Augusto Heleno foi o responsável por aquelas imagens? Aliás, o general Augusto Heleno iria depor nesta CPI no dia em que aquelas imagens se tornaram públicas e desistiu, na última hora, de depor naquela oportunidade. Tudo nos leva a crer que ele tinha a informação de que tais imagens seriam publicadas naquele dia. O que o senhor tem a falar sobre isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – As imagens ficam armazenadas em um cofre na Diretoria de Tecnologia. A Diretoria de Tecnologia é subordinada à Diretoria da Administração e, hoje, ela é subordinada à Casa Civil. À época do governo passado, ela era subordinada à Secretaria-Geral. Então, o Gabinete de Segurança Institucional não tem acesso a essa imagem, somente com autorização do secretário de tecnologia de informação. Mas, presidente, essas imagens foram distribuídas a diversos órgãos a pedido e por causa dos inquéritos que estão nesta pasta que estou passando ao senhor. Então, o senhor veja o seguinte: Polícia Federal, perícia dia 9 de janeiro; Secom, dia 12 de janeiro; Comando Militar do Planalto, por causa do inquérito, dia 26 de janeiro; Polícia Federal, por causa de perícia, 27 de janeiro; Polícia Federal, 9 de fevereiro; a sindicância que eu fiz, dia 22 de fevereiro; Ministério Público Federal, 1º de março; Ministério Público Federal, 30 de abril; STF, 22 de abril. O senhor pediu, mas não foi buscar. Então, essas imagens foram repassadas para vários órgãos. Onde vazou? Eu não sei. Eu acho que não respondi a todas as perguntas do senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou refazer as perguntas para que o senhor responda a todas.

Vou refazer as perguntas: general, como as imagens do senhor no Palácio do Planalto vazaram para a imprensa? Quem era o responsável pela guarda daquelas imagens? O senhor acredita que algum integrante do GSI da época do general Augusto Heleno foi o responsável por aquelas imagens? Aliás, o general Augusto Heleno iria depor nesta CPI no dia em que aquelas imagens se tornaram públicas e desistiu, na última hora, de depor naquela oportunidade. E tudo nos leva a crer que ele tinha a informação de que tais imagens seriam publicadas naquele dia. O que o senhor tem a falar sobre isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Presidente, os integrantes nessa primeira semana e nas outras do mês, praticamente todo o gabinete ainda era o antigo. Estava em um processo de mudança. Mas eu não posso afirmar, categoricamente, que isso é uma verdade. Realmente, tem que ser investigado. Pode acontecer? Pode acontecer. Mas eu não posso afirmar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bem.

Está com a palavra o nosso relator, o deputado Hermeto, pelo tempo que achar

necessário.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, presidente. Bom dia, general.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Bom dia.

DEPUTADO HERMETO – General, V.Exa. manteve o general Penteado, que foi o seu secretário-executivo, ou seja, o segundo homem mais forte no GSI. E o general Penteado era ligado, ele vinha do governo anterior, ele trabalhava com o general Heleno. General G. Dias, o senhor participou da transição. O governo foi eleito, o presidente Lula foi eleito no dia 30 de outubro. Imediatamente, começou a transição. O senhor teve até janeiro, na transição, para montar a sua equipe.

Eu sei que é difícil você mexer em pontos estratégicos, como o senhor falou. Eu concordo. Mas o senhor não acha que o número 1 do senhor teria que ser mudado? Não teria que ser uma pessoa da sua estrita confiança? Data vênia, nós viemos de uma eleição polarizada. Todo mundo viu uma eleição sangrenta. Eu acho estranho, general – desculpe –, o senhor não ter mudado, pelo menos, o cabeça que ia encabeçar a sua gestão. E, no decorrer do tempo, o senhor mudaria o restante. Por que o senhor não mudou? O senhor não vinha substituindo um governo que não tinha, entre aspas, uma guerra. Nós vínhamos de uma polarização total no Brasil. Por que o senhor manteve o general Penteado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado Hermeto, obrigado pela sua pergunta; e ela é, sem dúvida, muito importante e oportuna. Eu ainda acredito na minha instituição, no meu Exército. Nós somos uma organização de Estado, não de governo. E eu sempre acreditei nisso. E, mais uma vez, errado ou não, eu acreditei. Então, o Exército é apolítico. Ele é apartidário. E nós devemos acreditar nisso! Ele é uma instituição de Estado, ele não é político. Eu acreditei, eu acreditei. Errado ou não, eu assumi. Depois do dia 8, eu o exonerei. Também, numa segunda análise, o senhor trocar um general assim: troca e vem outro... Nós estávamos em processo, tanto que, depois do dia 8, ele foi exonerado, porque, no dia 13, ele participaria da escolha para 4 estrelas. Ele não foi promovido, foi para a reserva. A troca seria ele e o Feitosa. O Feitosa, eu consegui trocar um pouco antes e dele eu não consegui. Quem o substituiu foi o general Nigri. O general Nigri, se eu não me engano, estava em São Paulo. Tem transferência, tem filho na escola, tem processo de mudança, tem recebimento de apartamento aqui, porque o cara não pode vir. Então, é uma... Ele é complexo, mas eu acreditei no sistema. Se houve falhas, vamos cobri-las, vamos cobri-las. E eu assumo.

DEPUTADO HERMETO – Porque o senhor teve o tempo de desde o dia da eleição até o dia 1º de janeiro. Na minha humilde convicção como militar, quem deveria estar ao meu lado no momento em que eu assumisse, entrasse no Palácio do Planalto – na minha convicção, na minha humilde convicção –, deveria ser o primeiro, um homem de confiança. Daí para frente, ele faria as trocas normais, como devem ser feitas. E o senhor teve a transição.

Desculpe-me, mas, na minha concepção, acho que foi um erro do senhor, porque eu não levaria comigo um número, para me assessoraria em tudo, que participou de um governo que me antecedeu tão polêmico e tão difícil com o governo que está entrando. General, é a minha opinião, general.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – O senhor me desculpe, mas é a minha opinião.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É por isso que nós estamos em um Estado democrático de direito.

DEPUTADO HERMETO – Isso. O senhor falou que os militares são uma instituição de Estado. Eu concordo. A nossa Polícia Militar é de Estado – eu já disse isso aqui –, independentemente do governo, independentemente do governador que esteja no Palácio do Buriti, independente do presidente da República. Nós podemos até ter nossas preferências políticas, mas, no momento em que vestimos a farda, nós esquecemos isso. É assim que eu penso. Só que, ao longo desses anos, houve certa contaminação não só na polícia, como também nas Forças Armadas.

General, o senhor falou que foi o senhor quem determinou as prisões. O senhor já esteve no GSI no governo da presidente Dilma, não é? Já esteve outras vezes no GSI?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado Hermeto, desculpe-me interrompê-lo. Eu cheguei à presidência em 2013 e saí em 2010. Eu fiquei nos 2 mandatos do presidente Lula.

DEPUTADO HERMETO – Ah, do presidente Lula. Desculpe-me. Quem agora substituiu o senhor foi aquele que trabalhou com a presidente Dilma.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O general Amaro.

DEPUTADO HERMETO – Eu confundi. Está certo. O senhor participou dos 2 governos Dilma. O senhor viu a relação intensa que o GSI tinha com as forças de segurança do Distrito Federal. O senhor participou de várias manifestações. Eu quero fazer esta pergunta ao senhor: em algum momento, o senhor sentiu a Polícia Militar do Distrito Federal, entre aspas, fazer corpo mole ou não cumprir sua missão naquele momento, no dia 8?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu trabalhei na transição com a polícia, participei de várias reuniões do POI, deputado, e foi fantástico.

DEPUTADO HERMETO – Fantástico.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Com uma competência profissional fora de série. A coronel Cintia é uma pessoa extremamente competente. E, nessa reunião do POI, em que estavam vários órgãos, foi uma coisa fantástica. No dia 8, o pessoal que atuou lá dentro do Palácio, atuação exemplar.

DEPUTADO HERMETO – A Polícia Militar?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Atuação exemplar. No final, eu não sei se o senhor sabe, deputado, no final da operação nós tínhamos 487 homens do Exército, 120 homens da Polícia Militar especializada e 400 homens da Polícia Militar. Então, nós tínhamos 520 integrantes da Polícia Militar que cumpriram a sua missão no Palácio, e de maneira exemplar! Então, eu realmente não tenho conhecimento de alguma coisa fora desse quadro. A atuação da polícia no Planalto estava muito bem representada, receberam ordem e cumpriram.

DEPUTADO HERMETO – Muito bom.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – E cumpriram prontamente, viu, deputado?

DEPUTADO HERMETO – É porque, logo após os fatos, houve algumas indagações se a Polícia Militar tinha facilitado o ocorrido. O que nós sabemos hoje – o presidente, deputado Chico Vigilante, sabe e todos nós da CPI sabemos – é que houve falta de planejamento por parte dos órgãos de segurança. Falta de efetivo? Houve. O efetivo foi muito menor do que naquele momento se necessitaria, tanto é que o senhor falou que tinha que haver um cordão de isolamento no Palácio do Planalto. Na hora em que o senhor chegou lá, até soltou um palavrão com o general Penteado: "Cadê o cordão de isolamento?"

Então, houve falta de planejamento. Porém, aquele efetivo que estava no dia cumpriu com competência, com determinação o que tinha que ser feito. Mas se quem organizou a operação não previu o efetivo, esses têm que ser individualizados, e, sim, responsabilizados. No entanto, aquele efetivo que estava no dia e efetuou as prisões, ele trabalhou e até arriscou a própria vida.

General, quais foram as providências adotadas pelo GSI para proteger o Palácio do Planalto no dia 8? A quem competia organizar e planejar a segurança do GSI no dia 8? Quem era o oficial ou o servidor responsável por isso? A quem cabia dentro do GSI avaliar o nível de perigo da manifestação no dia 8 e, assim, escalar os recursos adequados?

E eu completo, general, se o Batalhão da Guarda Presidencial, se não me falha a memória, tem mais de 2 mil homens, por que naquele dia – já que o senhor estava tão preocupado – imediatamente não se deslocou o Batalhão da Guarda Presidencial que estivesse no quartel para ao Palácio do Planalto?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A responsabilidade, logicamente, de tudo que

acontece ali na parte de gestão é do secretário executivo. A segurança do Planalto é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Presidencial, que à época tinha como secretário o general Feitosa. Quem fazia análise de criticidade era o coronel Amorim; e quem escalava o pessoal na área de segurança era o coronel Garcia. Então, essas são as pessoas que tinham responsabilidade de segurança do Palácio. Quando foi feito o protocolo tático integrado, o senhor tem ali as obrigações de cada força. Quando 1 falha, é como a teoria do dominó: se cair 1 dominó lá na frente, caem todos aqui atrás. Pela análise de criticidade de informações, de informações recebidas, nós tínhamos intensidade baixa e adesão baixa, com possibilidades de só ter 2 mil manifestantes. Foram despejados no Palácio, no Palácio do Planalto, deputado, cerca de 5 mil manifestantes em 3 mil metros quadrados. Eu, realmente, hoje, como profissional com vários cursos que tenho na área de combate, o senhor só conteria se houvesse possivelmente mortes ali. Se houvesse as contenções que deveriam ser feitas na Esplanada – e houve deficiência nessas contenções –, possivelmente o reflexo lá embaixo, na praça dos 3 Poderes, seria extremamente mitigado. Então, o senhor, na realidade, em combate emprega parceladamente as forças, principalmente quando o senhor trabalha com segurança pública. O batalhão estava, realmente, de prontidão. Tanto que, quando foi acionado, recebemos as tropas.

DEPUTADO HERMETO – Qual é o efetivo do Batalhão da Guarda Presidencial?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O efetivo do Batalhão da Guarda Presencial, hoje, gira em torno de 2 mil homens. Mas, na realidade é tropa de choque treinada igual ao Batalhão de Choque. O senhor tem ali cerca de um batalhão, depois tem a tropa de choque da PE também. Mas, do Batalhão da Guarda Presidencial, nem toda tropa é específica para essa operação.

DEPUTADO HERMETO – E quem tinha que cuidar disso era o general Penteado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O general Penteado... Por isso que o nome é "secretário executivo". Ele executa!

DEPUTADO HERMETO – Ele tem que executar! O senhor está na esfera superior.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na verdade, o senhor tem uma cadeia nas Forças Armadas...

DEPUTADO HERMETO – Eu sei.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nas Forças Armadas, o senhor sabe que tem a cadeia de comando, não é?

DEPUTADO HERMETO – Isso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor dá a ordem e a ordem vai replicando e chega no executor, no executor lá embaixo. E tem que ser bem executada.

DEPUTADO HERMETO – Presidente, se V.Exa. me permite, eu gostaria de chamar o general Penteado aqui, porque o general Penteado estava junto com o general Heleno, no governo passado, continuou e ele era o secretário executivo. Poderíamos ouvir o general Penteado.

General, sempre afirmo que houve falta de planejamento. Isso estará no meu relatório: que houve falta de efetivo da Polícia Militar. Quem tinha que organizar esse efetivo será responsabilizado e estará no meu relatório. Isto já afirmo categoricamente: houve falha – não da tropa que estava lá, mas de quem tinha que elaborar o efetivo que estaria no dia 8.

Repito essa pergunta a V.Sa.: As forças de segurança falharam, aqui no Distrito Federal, na falta de planejamento. E o GSI? Ele falhou na proteção do Palácio do Planalto, general? As forças do GSI falharam na proteção do Palácio do Planalto?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Palácio do Planalto é uma edificação atípica. E isso, também, o senhor vê na praça dos 3 Poderes. Não podemos só raciocinar também com o Palácio do Planalto. O senhor tem o STF, o senhor tem... o senhor tem ali.... Os prédios não foram feitos e providos, naquela época, imaginando-se uma outra fotografia do Brasil. Hoje a fotografia do Brasil, em 2023, é completamente diferente da fotografia do Brasil de 1960. O

Palácio foi feito a 30 metros de uma rua movimentada. Se o senhor pega uma pedra na rua, o senhor quebra o vidro do térreo. Não existe uma barreira física. E o prédio tem 36 mil metros quadrados. Então, o senhor perguntou se falhou. Nós temos que melhorar muita coisa. Antes de eu sair, eu providenciei algumas sugestões; e, antes de eu sair, já foi melhorado. Então, cada gestor tem que melhorar um pouquinho na sua esfera de trabalho. Bom, nós estamos saindo de 42 câmeras instaladas, deputado, para 708 câmeras instaladas com reconhecimento facial. Estamos com processo licitatório já sendo conduzido para colocar vidros blindados na parte debaixo, porque cada vidro quebrado é uma porta de entrada. Fala-se também que a segurança facilitou deixando as portas abertas. Não! Porta aberta ou fechada, cada vidro quebrado é uma porta. Então, o senhor tinha várias entradas no Palácio. Então, eu não colocaria o carimbo de "falhou". A sindicância investigatória vai verificar onde houve as falhas, e nós temos que melhorar. Esse é um processo evolutivo do ser humano, pois, se houve erro, tem que ser cobrado da pessoa. Se houve erro, tem que ser apurado e tem que ser melhorado.

DEPUTADO HERMETO – General, eu não lembro o nome do coronel, mas está aqui. Houve uma cena dentro do Palácio do Planalto, que saiu na mídia, na televisão, em que as tropas especializadas da Polícia Militar estavam efetuando as prisões lá dentro, e houve uma discussão do coronel do Exército com um oficial da Polícia Militar, inclusive até de uma forma meio "chave de estrela".

O general Dutra disse aqui que eles obedeciam a um comando único. No momento em que a Polícia Militar estava efetuando as prisões dentro do Palácio do Planalto, houve uma divergência com o coronel do Exército. Foi o senhor que determinou, depois dessa divergência, que a Polícia Militar pudesse efetuar as prisões? Porque, segundo o general Dutra, ele tinha que receber uma ordem do seu superior para a Polícia Militar agir dentro do Palácio do Planalto.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O general Dutra abordou o assunto muito bem. Isso aconteceu. Isso está sendo apurado também ou foi apurado – não sei se o inquérito terminou – no Comando Militar do Planalto. O Dutra conduziu esse inquérito. Esse problema foi sanado momentaneamente. Quem sanou esse problema foi o coronel Rogério, que estava aqui, da PM.

DEPUTADO HERMETO – Eu o conheço. Muito competente.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Exatamente. E quem sanou o problema também foi o coronel Wanderli. Sanou o problema rapidamente. Então, não houve um problema, houve falta, logicamente, de comunicação. E, nesse tipo de operação, a comunicação integrada – e cada um saber sua missão – é extremamente importante e muito difícil, deputado, muito difícil. A coordenação é difícil, a coordenação sistêmica e sinérgica nesse momento, ela é muito difícil.

DEPUTADO HERMETO – General, o ministro Ricardo Cappelli, ao assumir interinamente o Gabinete de Segurança Institucional, fez uma analogia entre o GSI e um carro danificado. Argumentou que o senhor recebeu um carro avariado e que o pilotava somente há 6 dias, antes dos atos do dia 8. O senhor concorda com essa comparação? Em que condições o senhor recebeu o GSI? Quem disse isso foi o ministro Cappelli. (Risos.)

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É uma analogia que vem do pensamento de cada um. E, aí, cada um fala o que quer. Esse é o Estado democrático de direito, e é um Estado bonito, em que você fala, o outro ouve, e você retruca. Ele tinha que ter mais conhecimento do Gabinete de Segurança Institucional. É uma instituição, senhores. Ela é fantástica. Se os senhores olharem as competências dele, na área nuclear, é uma coisa inimaginável. Eu convido todos os senhores, logicamente com a aprovação do Amaro, para conhecer a área nuclear, a área espacial, o planejamento de proteção da infraestrutura estratégica do país – o nosso país está crescendo de uma maneira estrondosa –, para conhecer a área de segurança cibernética, que é o futuro do mundo. Então, eu não posso tecer comentários ao comentário dele, deputado.

DEPUTADO HERMETO – Recapitulando a minha pergunta anterior, é o coronel Fernandes.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim. É o coronel Fernandes. Ele era o comandante do Batalhão da Guarda.

DEPUTADO HERMETO – Isso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Mas eu acho que esse incidente foi sanado. Eu também assisti...

DEPUTADO HERMETO – Mas foi o senhor que determinou que, naquele momento, deixassem a Polícia Militar agir?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não estava... Eu fui chamado, cerca de 17 horas, lá para o Ministério da Justiça. Quem interferiu, categoricamente, foi o coronel Rogério e sanou o problema na hora. E o coronel Wanderli.

DEPUTADO HERMETO – Diga-se de passagem, o coronel Rogério tem muita experiência, foi um grande oficial da nossa corporação. Já foi para a reserva. É um excelente oficial o coronel Rogério Brito de Miranda – é o nome dele –, da Polícia Militar do Distrito Federal. Muito competente.

Em suas declarações prestadas à Polícia Federal, o senhor afirmou que, se tivesse presenciado o major Eduardo Natale de Paula Pereira dar água a um dos invasores, teria dado voz de prisão a ele. O senhor falou isso à Polícia Federal. Por que não foi dispensada essa mesma energia aos manifestantes do Palácio do Planalto se o senhor disse, lá na Polícia Federal, que prenderia o major?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Foi dispensada a mesma... A situação é completamente diferente. Nós estávamos com cerca de 5 mil pessoas e nós tínhamos que tirar, rapidamente, do 4º piso para o 3º**,** para mitigar a depredação. Nós tínhamos que jogar numa área aberta para ser feita a prisão sem que houvesse feridos ou mortos. Então, são procedimentos diferentes. E, nessa hora, a decisão e a tomada de ação, num gerenciamento de crise, são difíceis, deputado. O senhor sabe disso. O senhor vem de uma instituição muito boa, excelente. Na hora, realmente, do tiro, na hora, realmente, da confusão, a tomada de decisão nossa é difícil. Ela é difícil. Mas eu acho que nós tomamos a decisão, no Planalto, correta a partir do momento em que preservamos áreas nobres, a partir do momento que não houve – viu, presidente? – nenhuma morte.

DEPUTADO HERMETO – Graças a Deus não houve nenhuma morte.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Graças a Deus.

DEPUTADO HERMETO – E os policiais todos estavam com armas letais na cintura. E em nenhum momento, o senhor viu um policial sacar uma arma contra os invasores, contra os depredadores. Não houve um policial que sacasse uma arma letal.

Há uma contradição aqui, general, sobre a qual vou fazer uma pergunta. Em declaração prestada na Polícia Federal, o senhor afirmou que o GSI não foi convidado a participar – e o senhor disse aqui também agora – do PAI nº 2/2023, que é o planejamento do dia 8. Contudo, general, a coronel Cintia, sentada aí onde o senhor está sentado, informou que a Sopi fez contato com um ponto focal do GSI, convidando para a reunião, mas nenhum representante compareceu. Houve ou não o convite para que um representante do GSI comparecesse na reunião do PAI nº 2/2023. Se houve o convite, porque ninguém do GSI foi? Secretário executivo seu?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, a Cintia quando sentou aqui...

DEPUTADO HERMETO – Ela disse que fez o convite.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Disse. Ela disse, e eu assisti. Ela disse também, deputado, que a câmara também foi convidada e não veio. Então, possivelmente, ela tenha se engano, porque a câmara veio e tinha representante. O senhor pode assistir ao vídeo e o senhor vai ver isso daí: houve uma confusão. Eu não sei, realmente, te responder, deputado, isso daí, porque, como houve várias exonerações no dia 1º, eu não sei se a pessoa que deveria receber a informação não recebeu. Mas o fato é concreto: nós não participamos da reunião.

DEPUTADO HERMETO – General, vou fazer uma pergunta que é bem objetiva. O senhor só a responde se o desejar.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, senhor, deputado.

DEPUTADO HERMETO – O senhor não acha que o general Penteado – que o senhor manteve como seu 02, o homem de confiança –, de certa forma, prevaricou ou causou algum tipo de situação que pode ter levado o senhor ou o próprio GSI a essa situação? Só responda se o senhor quiser.

O senhor o nomearia, novamente?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, as pessoas que trabalham comigo são escolhidas por mim. Sempre foram.

DEPUTADO HERMETO – Mas essa veio do governo passado.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não posso, realmente, responder isso. Isso aí tem que passar por um processo investigatório.

DEPUTADO HERMETO – Está bem.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Seria leviano...

DEPUTADO HERMETO – Leviano.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... da minha parte expressar.

DEPUTADO HERMETO – Não, o senhor responda se o senhor quiser. É só uma pergunta...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não. Obrigado, obrigado.

DEPUTADO HERMETO – Eu estou na minha obrigação como relator de fazer essa pergunta.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu acho que a gente tem que primar pela verdade, não é, deputado? Então, a gente tem que responder tudo. Esse é o meu ponto de vista.

DEPUTADO HERMETO – O senhor o convidaria novamente?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Não.

DEPUTADO HERMETO – Não. Estou satisfeito com a resposta.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

DEPUTADO HERMETO – General Dutra, qual era o entendimento do senhor quanto ao acampamento em frente ao QG do Exército? Qual o seu entendimento sobre aquele acampamento, na sua concepção? Desculpe, general G. Dias, eu estava com o general Dutra na cabeça.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu sou mais bonito que ele, deputado. (Risos.)

DEPUTADO HERMETO – (Risos.) Eu não posso afirmar... O senhor até me desconcentrou aqui.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu como..., na minha função... Eu tenho uma opinião particular agora que não sou ministro. Mas, como ministro, não é da minha alçada. O senhor tem ali uma alçada de segurança pública, que envolve o ministro da Justiça. O senhor tem ali uma alçada da área de defesa, que envolve o Ministério da Defesa. Aquilo ali não era... Apesar de ter... Poderia ter tido – e teve – interferência no meu trabalho, mas era uma área de outros ministérios.

DEPUTADO HERMETO – Há várias perguntas aqui, mas, em consideração aos meus colegas que querem perguntar, eu não as farei mais. Algumas perguntas o deputado Chico Vigilante já fez direta ou indiretamente. Eu não vou cansar nem o general, nem os meus colegas que querem fazer perguntas. Esta será a última. Há dezenas aqui, mas eu só vou fazer esta, ouviu, deputado Fábio Félix?

General, as eleições passadas revelaram uma certa polarização das Forças Armadas. Isso é notório. Por consequência, houve um alinhamento com o governo do ex-presidente Bolsonaro, de forma que não era incomum se encontrar vídeos de militares falando sobre política, fazendo apoio, vídeos *selfie*. O senhor acha que isso, general, atrapalhou e contaminou de certa forma o ambiente?

Eu vi uma entrevista na GloboNews do ministro presidente do Superior Tribunal Militar – é um brigadeiro chamado Joseli –, eu acompanhei essa entrevista todinha na GloboNews. Ele acha isso hoje. Ele acha que vai ser um processo longo e difícil para que se tire essa polarização e se faça a despolitização das Forças Armadas. São palavras do ministro presidente do Superior Tribunal Militar.

Inclusive, ele até defendeu que militares das Forças Armadas que se se candidatem – esse projeto está no Congresso Nacional – não voltem para as Forças Armadas, mesmo que percam as eleições, porque, se voltarem, vão trazer a política para dentro dos quartéis. Como o senhor vê isso? O senhor acha que os fatos do dia 8, o que aconteceu, dentro do ambiente militar, isso tudo ajudou?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, obrigado pela pergunta. As Forças Armadas, elas são pautadas em alguns princípios. Um princípio é a hierarquia; outro princípio, disciplina. Quando a política entra pela porta da frente, a hierarquia e a disciplina saem pela porta do fundo. Elas são pautadas também em um respeito muito grande à cadeia de comando. Amalgamadas hierarquia, disciplina e cadeia de comando, nós temos os valore éticos e morais. Isso sustenta uma força. Isso dá força para a força ser força. A partir do momento em que entra um fator contrário a esse tripé, essa tríade, você perde a instituição como um todo. Então, nunca as Forças Armadas deveriam se envolver em política. E eu tenho certeza, deputado, que, se houve alguns que se envolveram, a maioria não. Eu tenho certeza. O Exército Brasileiro, a Marinha, a Força Aérea têm que ser tratados como uma instituição de Estado. E a justiça, como o brigadeiro Joseli bem disse, tem que apurar isso. Se houve algum desvio, tem que ser apurado, tem que ser punido para conservar essa tríade que eu falei: hierarquia, disciplina e respeito à cadeia de comando.

DEPUTADO HERMETO – É verdade. Concordo. Eu, por exemplo, quando fui eleito deputado distrital, já tinha 30 anos de serviço, claro, mas, pela legislação, eu, perdendo o meu mandato, não posso voltar para a Polícia Militar. Eu fui para a reserva.

Obrigado, general.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Boa tarde, senhor presidente; boa tarde, deputados e deputadas; boa tarde a quem nos acompanha pela TV Câmara Distrital. Boa tarde, general Gonçalves Dias, seja bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix, ainda é bom dia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Bom dia. Eu estou dando boa tarde para todo mundo, não é? É porque hoje o deputado Hermeto terminou cedo a participação dele. (Risos.)

Bom dia, general, seja bem-vindo à Câmara Legislativa.

Eu queria começar pelo final da fala do deputado Hermeto, porque acho que é uma fala importante. Primeiro, porque temos vivido um negacionismo generalizado – no país, não é só na Câmara Legislativa. Nós vimos isso em relação à vacina, que era quase uma instituição brasileira; nós vimos isso em relação às medidas sanitárias, à saúde; e agora vemos isso sobre fatos concretos: pessoas negam fatos concretos.

Aqui, por exemplo, general, há quem vá dizer ao senhor que os que fizeram o 8 de janeiro foram infiltrados. Eles não conseguem apontar 1, não há 1 infiltrado convocado para esta CPI. Eles não apresentaram 1 requerimento para haver um infiltrado, mas eles vão falar

da teoria *false flag*, da teoria xyz. Eles vão trazer essas informações. Por mais absurdo e juvenil que pareça, eles vão trazer essas informações aqui hoje.

As pessoas não estão lidando com fatos concretos, elas não estão lidando com a realidade. Elas têm uma tese de que o quartel-general e o acampamento não tinham nada a ver com o que aconteceu no dia 8 de janeiro, sendo que todo mundo sabe – inclusive o coronel Naime falou – da volatilidade. As pessoas iam e voltavam para as suas cidades. Era um ciclo de pessoas que queriam articular um golpe e não reconhecer o resultado das eleições, alimentadas pelo presidente da República. Abro um parêntese: hoje, dia 22 de junho, está sendo julgada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a inelegibilidade dele. Espero que o tribunal tome uma decisão corajosa – fecho o parêntese.

Eu deixo essas informações porque acho que elas são importantes. Nós precisamos combater esse negacionismo, esse terraplanismo generalizado que não se atém a fatos concretos. É óbvio que o dia 8 tem a ver com o processo de articulação que foi engendrado e firmado nesse acampamento.

Seria mais honesto intelectualmente que alguns dos senhores falassem que nem todo mundo está envolvido; mas, tentar afastar completamente o cometimento de crime, eu acho desonesto do ponto de vista intelectual, porque não se enxerga onde as questões foram maturadas. É por isso que nós queremos as informações dos líderes: os que contrataram serviços, os que articularam. Infelizmente, alguns não enxergam a importância disso.

Mas sabe qual é o objetivo? O objetivo é relativizar a tentativa de golpe. Querem culpar a vítima. Quem estava sendo vítima de *fake news*, quem estava sendo vítima de ataques, quem estava sendo vítima do processo é o culpado, praticamente, pelo golpe. Mas, enfim, esse é o processo que nós estamos vivendo na sociedade brasileira.

Na verdade, deputados, o que aconteceu aqui, general, foi o que a extrema direita fez nos Estados Unidos. O Biden ganhou as eleições, e eles invadiram a área central de poder nos Estados Unidos. É a mesma coisa. Eles tentaram repetir isso aqui. Lá, foram derrotados; aqui foram derrotados da mesma forma, porque são incompetentes para dar golpe. E a democracia brasileira prevaleceu.

General, eu queria perguntar ao senhor um pouco sobre a relação das Forças Armadas, porque isso nos preocupa muito. Esta é uma questão que temos que levar a sério: o papel das Forças Armadas.

Eu li uma reportagem esta semana que me preocupou. Uma matéria, ontem, do *Financial Times* mostrou que houve um esforço de militares e autoridades estadunidense para dissuadir ideias golpistas da cúpula das Forças Armadas no Brasil.

A mensagem era que eles ficariam neutros nas eleições, mas não apoiariam qualquer iniciativa de invalidar os resultados das eleições.

O senhor, como militar, já falou dos valores das Forças Armadas. E o senhor era um militar próximo ao presidente Lula e ocupou o cargo de ministro. O senhor teve algum diálogo com autoridades sobre tentativas de golpe ou soube de informações de agentes da cúpula do Exército ou de outras forças em relação a não reconhecer o resultado das eleições?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, a exposição do senhor inicial foi muito boa. Eu concordo com a maioria das suas ideias. Eu, realmente, na sua pergunta, eu não tenho conhecimento disso. Eu fiquei muito afastado da força. Eu só retornei agora. Fui para a reserva no final de 2013, 2014. Trabalhei em vários locais. Montei um escritório de consultoria e retornei no meio do ano passado, porque o presidente Lula me chamou para fazer a pré-campanha dele, campanha na gestão da segurança. Então, eu não tenho conhecimento. Peço que o senhor me desculpe, porque esse assunto, na realidade, é de extrema importância para o Brasil e tem que ser apurado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Com certeza.

Nós tivemos, inclusive, notícia através dessa reportagem do *Financial Times* de que o almirante Almir Garnier Santos era um dos entusiastas do golpe. E ele foi um dos mais difíceis – segundo a apuração do jornalista – de se dissuadir dessa ideia, e nós acompanhamos pela

imprensa uma movimentação quase política.

E, aí, eu até já entro numa segunda parte, que é a questão da transição. O senhor já falou da transição aqui. Esse assunto vai voltar muitas vezes aqui de todos os lados. Imagino que até por aqueles que advogam – desculpa o termo – pelo golpe. Mas, esse assunto vai entrar.

O senhor conte-nos um pouco sobre esse processo de transição, porque lembro-me de que a imprensa noticiou que o último gabinete montado de transição foi o do GSI, se eu não engano, em dezembro. O deputado Hermeto lembrou bem que a eleição do Lula foi em 30 de outubro. Então, no mês de dezembro, em tese, não houve gabinete de transição do GSI instituído oficialmente. Isso só teria sido instituído em dezembro. Por que a demora?

Aqui, sentou o ex-ministro general Heleno, que falou que fez uma transição excelente. Ele falou – de forma muito arrogante, inclusive, como é típico da fala dele – que o secretário executivo dele, o Penteado, deu 2 aulas para o senhor sobre como era o GSI. Ele não falou que era reunião, não. Falou que ele deu 2 aulas de como era o GSI.

Como foi essa transição? Não houve a transição de fato?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, não teve transição. Depois que terminou a campanha do presidente Lula, eu voltei aqui para Brasília – porque eu fui para São Paulo, aluguei um apartamento e fiquei lá. Quando terminou, eu voltei e, aí, fui chamado pelo Aloizio Mercadante para a transição, escolhas de comandantes. E, aí, o presidente me convidou para fazer a gestão da segurança também da posse. Teve um momento em que o doutor Aloizio Mercadante me chamou e falou: "Olha, o presidente quer que um civil assuma o GSI. Você tem que convencê-lo do contrário ou não." Aí eu vim aqui, falei com o secretário executivo, pedi para que ele fizesse uma palestra para mim. Vi a complexidade...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, foi uma aula mesmo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É, mais ou menos. Foi uma palestra. Vi a complexidade da missão, que tinha muitos, muitos detalhes. O GSI de hoje não é o GSI de 2013. Ele sofreu, logicamente – como sofre o país –, um processo evolutivo. E aí fui para o Mercadante e disse para ele: "Mercadante, é muito complexo. Eu gostaria que o próprio secretário executivo viesse aqui." Mas não foi o secretário executivo, foi o secretário adjunto que fez uma palestra...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem era o secretário adjunto? Não era o general Penteado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, não. Era... O Penteado estava viajando. Foi o secretário adjunto dele, um brigadeiro da reserva da Força Aérea. Não me lembro o nome... que fez parte da palestra para o Mercadante. E, depois, não houve praticamente mais nada, mais nada. Aí o presidente, por influência do próprio Mercadante, decidiu nessa época me convidar para a função. Então, foi isso o que houve. Não houve... Aí na primeira...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não houve troca de informações?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não. Nada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Uma transição adequada?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Um gabinete permanente de diálogo? Nada disso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não. Na primeira semana...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Faltou disposição do senhor para a transição, disponibilidade do senhor? Faltou disponibilidade de quem para que a transição acontecesse? O senhor sentiu uma certa hostilidade do general Heleno?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. O general Heleno foi o meu instrutor. Em 2013, ele era o chefe do gabinete do general Albuquerque. Nós tínhamos um relacionamento... tivemos um relacionamento muito bom.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E por que então não houve transição? O senhor atribui isso a quê?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor respondeu isso para mim, deputado. Essa própria animosidade de um governo para outro. Isso eu acredito que sim. Agora, o senhor veja o seguinte: na primeira semana...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A animosidade impediu que a equipe que estava atuando não fizesse a transição?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Possivelmente sim. Eu não posso afirmar isso para o senhor, mas não foi feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas os senhores tentaram reuniões?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ligaram?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Buscaram mais reuniões?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Havia um afastamento completo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não. Eu só fui verificar a palestra de cada secretaria a partir do momento que eu assumi.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu queria que o senhor falasse um pouco para nós sobre o general Penteado. Há, inclusive, uma matéria veiculada pela imprensa em que o general Penteado teria dito – há uma afirmação na internet, uma postagem dele – que o PT é uma cleptocracia. Então, isso é uma acusação direta ao Partido dos Trabalhadores, que, não por acaso, é o partido do atual presidente da República.

Como o senhor vê o papel do general Penteado? O senhor acha que é importante que haja uma apuração do papel dele? Porque o senhor até contou para nós aqui, no seu depoimento, que ele falou para o senhor isto: "Não. Está tudo tranquilo. Não precisa nem vir para o Palácio." Foi o senhor que tomou a iniciativa de ir para lá pela atenção, mas ele disse que estava tudo tranquilo às 2 horas. Acho que o senhor precisa falar um pouco sobre isso, porque é importante a sociedade saber o papel do general Penteado, que era inclusive o secretário executivo, se eu não me engano, do general Heleno ao longo dos anos, no ministério.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, tudo tem que ser apurado. Se há alguma dúvida sobre a conduta de alguém, tem que ser apurado. E eu não tenho conhecimento dessa publicação na imprensa. Mas, como estou aqui, ele também poderia sentar aqui. Então, tudo tem que ser apurado. A verdade tem que aparecer. A verdade, na realidade, senhores, é o sustentáculo de uma vida, o sustentáculo da família. Então, tem que ser apurado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que é possível – não estou dizendo para o senhor afirmar –, mas o senhor acha que é possível que o senhor tenha sido sabotado no dia 8 de janeiro?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não posso afirmar isso, seria leviano.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É possível?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não posso afirmar isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De forma alguma. Nem a possibilidade de uma sabotagem contra o trabalho do senhor?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu não posso afirmar isso. Eu não tenho

argumentos para poder afirmar isso. Eu peço até desculpas para o senhor, mas eu realmente não tenho. A convivência com o Penteado foi relativamente pouca.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então o senhor não pode afirmar que foi uma sabotagem?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Não posso. Isso tem que ser apurado. Tem que ser apurado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque é estranho. É óbvio que, aqui, sabemos escalonar as responsabilidades. A responsabilidade do Batalhão da Guarda Presidencial ela é posterior à responsabilidade da Polícia Militar. Se a Polícia Militar tivesse funcionado, não precisaria o Batalhão da Guarda Presidencial nem ter agido – e não funcionou nem a barreira anterior. Mas existiu um problema também na Guarda do Palácio do Planalto, e o senhor disse aqui que o comando desse processo era feito pelo general Penteado. Por isso, acho que essa apuração também vai ser fundamental, como o senhor está prestando os esclarecimentos aqui para nós.

Outro tema que o deputado Hermeto tocou aqui hoje, que eu acho que é importante, foi a participação ou não do GSI em uma reunião anterior ao dia 8 de janeiro. O senhor disse que o GSI não foi convidado. A coronel Cintia disse, nesta CPI, que o GSI teria sido convidado, mas ela abre um parêntese dizendo que foi convidado por um ponto focal que ela já tinha do governo anterior. Então, essa notícia de convite não chegou para o senhor?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Não chegou para mim. Eu repito para o senhor o que eu respondi para o deputado: A Cintia também disse aqui que convidou a câmara e a câmara não veio. A câmara veio, está no PAI.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Acionou o documento? Então o senhor acha que ela pode ter se confundido.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Deputado, a Cintia...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teve contato com ela em outros momentos?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. A Cintia é uma profissional – assim eu encaro – fora de série. Todo mundo pode se confundir. Agora, a resposta é que nós não participamos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. O senhor falou que não teve acesso a informações preocupantes em relação à Abin, mas a Abin depois informou – há relatório circulando – que a situação era preocupante. Como o senhor avalia isso? O senhor não teve acesso a esse relatório. Como o senhor avalia as informações prestadas pela Abin?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Esse relatório ainda está sob sigilo, ele tem que ser analisado para se chegar a uma conclusão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teve acesso a ele?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu tive acesso aos 2 relatórios pós-dia 8, quando a CCai e o Ministério público solicitaram se havia a produção de algum relatório. Foi quando eu recebi um compilado de mensagem via WhatsApp. Essas mensagens de WhatsApp foram institucionalizadas no governo do presidente passado. Elas são mensagens que, por oportunidade, são repassadas. O que nós chamamos é que são informes sem comprovação de dados.

Eu estou olhando para o senhor e falo assim: o senhor é feio. Mas, quando eu olho mais em pormenor, eu estudo o senhor e falo: o senhor é bonito. Então eu estou comprovando dados.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então são informes de tempo real que são passados.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Exatamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor não tinha nenhum relatório consistente?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não. Não tinha.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor teve esses informes de (Ininteligível.)?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Mas eu digo aqui que troquei informações – e

são lógicas isso –, pelo meu WhatsApp e pelo telefone, com o Saulo sobre o que estava acontecendo na semana.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o que ele disse para o senhor?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele passou várias mensagens, como eu conversei com ele...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o clima deles e da sua equipe era tranquilo. Eles não tinham a noção do que aconteceria no dia 8 – a equipe que estava em comunicação com o senhor.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Qual? A equipe de...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O secretário executivo, os coronéis que cuidam da...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, não. Não tinham. O secretário de coordenação e segurança presidencial, a Coordenadoria-Geral...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O coronel Alexandre Amorim faria uma avaliação de risco?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Faria a avaliação de risco. Ele entra em contato com a área de inteligência da Polícia Militar. A Polícia Militar tem uma agenda de manifestações. Nessa agenda de manifestações, estava lá – isso, no dia 6 – adesão baixa e intensidade também baixa. Então, a análise que eles fizeram foi em cima disso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teve algum contato com o ex-secretário de segurança do DF, Anderson Torres?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Nunca. Nem o conheço.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não estranhou o fato de o governador do DF nomear o ministro da justiça do Bolsonaro para cuidar da praça dos 3 Poderes?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não analisei isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não analisou. Não foi competência do senhor?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor sabia de alguma animosidade no governo federal em relação a essa nomeação? Preocupação?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não tinha conhecimento. Está correto.

O senhor lembra quantos soldados ou qual era o efetivo de militares no Planalto, no dia 8? O senhor disse, se eu não me engano, em depoimento, que seriam cerca de 129. O senhor confirma esse dado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Inicialmente?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Cento e vinte e nove.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não... O senhor tinha 49 agentes de segurança patrimonial, o senhor tinha 46 agentes do 1º RCC e o senhor tinha 38 do Batalhão de Choque, mais a Polícia Militar, que estava fora...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se fizermos uma comparação, agora, aqui, tirando a guarda patrimonial, vamos ter praticamente o tanto de policiais militares que estavam lá na linha de frente. Nós conseguimos contar. Todo mundo que conta diz que era cerca de 200. Então, não era tão... Se você compara a discrepância e o papel que cada um deveria desempenhar, também é algo que esta CPI tem que levar em consideração.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Mas o senhor tem que levar em consideração os reforços que foram chegando, não é?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim. Eu digo antes, eu digo no início. E é uma comparação que eu digo que não é nem tão ruim para o Palácio. É pior para a Polícia Militar, que deveria ter mais efetivo lá fora, que era o lugar de contenção. A gente precisa analisar, depois, o quantitativo disso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Essa é a teoria do dominó, não é, deputado?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Exatamente, porque, se não tivessem furado o bloqueio, não teriam chegado ao Palácio do Planalto, como, em outros momentos, não chegaram. Nós temos afirmado isso. Muita gente quer dizer que a culpa da invasão do Palácio do Planalto é, estritamente, do Batalhão da Guarda Presidencial. Essa é uma noção que o senhor vai ouvir aqui daqui a pouco que visa, na verdade, simplesmente a constranger o Palácio do Planalto e a apagar a responsabilidade anterior. Inclusive, uma responsabilidade nossa, que estamos lutando pelo Fundo Constitucional, de 23 bilhões e que vamos receber este ano, sendo que 52% desse fundo é para pagar as forças de segurança. Então, é responsabilidade do DF.

Se tivermos honestidade intelectual e política, nós vamos assumir a nossa responsabilidade e não apenas apontar o dedo. Sabemos que nem o Palácio do Planalto nem o Supremo Tribunal Federal nem o Congresso Nacional costumam atuar nessa defesa, porque é a Polícia Militar que faz esse trabalho no Distrito Federal, historicamente.

Então, é algo que tem a ver com o nível de honestidade intelectual, de se ater a fatos para poder hierarquizar responsabilidades. Muitas vezes, alguns dos nossos colegas não estão comprometidos com isso na mesma escala que, do meu ponto de vista, nós estamos.

Eu queria só reforçar uma pergunta que o deputado Hermeto já fez, mas que acho importante: o senhor nomearia hoje, de novo, o general Penteado para essa função?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor poderia falar um pouco o porquê. O senhor acha que é melhor um outro perfil?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Vivi muito pouco com ele, e não tem as minhas características, e eu não o nomearia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

O senhor fez as modificações depois do dia 9. O senhor poderia relatar para nós quais foram as principais modificações e quem saiu no dia 9 de janeiro? O general Penteado...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O general Penteado, o general Feitosa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O general Feitosa ocupava qual função?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É o secretário de coordenação e segurança presidencial. E, da secretaria dele, no decorrer... até a minha saída, nós exoneramos 250 pessoas, mais ou menos 35%. Essa secretaria é a maior que tem. Ela tem cerca de 980 militares e civis. É a secretaria que faz... tem várias competências: viagem do presidente, montagem do evento, segurança, segurança presidencial. Então, é uma secretaria, realmente, que você muda normalmente pelo tempo que o militar passa lá. E mais as exonerações que foram feitas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tem ideia de como é que essas imagens do Palácio do Planalto foram parar na imprensa?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – As imagens do Palácio do Planalto foram distribuídas para vários órgãos. Foram distribuídas para a Polícia Federal, foram distribuídas para o STM, foram distribuídas para a Secom lá do Palácio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pode ter havido uma sabotagem contra o senhor nesse vazamento?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Também não posso afirmar isso. Não posso afirmar isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não sabe se houve uma sabotagem.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não sei. E as imagens foram repassadas para vários órgãos. Além disso, as imagens que permanecem – agora não, porque o ministro Alexandre de Moraes mandou disponibilizá-las no *site* –, mas, antes, elas ficavam no cofre, na Diretoria de Telecomunicações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

Há uma pergunta sobre a transição ainda que eu acho que é importante. Houve uma tentativa do GSI de instalar computadores para a equipe de transição do futuro governo Lula. Isso gerou um constrangimento enorme. Em qualquer lugar de dimensão política, de disputa, há desconfiança em relação
à utilização dos equipamentos e a quem monitora o que se está escrevendo. Sabemos que, infelizmente, há arapongagem, há coisa errada que acontece. Como é que foi esse constrangimento? O senhor acompanhou isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não sei, mas... Eu não vi. Isso aí é informação nova para mim. Mas, deputado, não é o GSI...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi dito pela imprensa. Mandaram devolver os computadores. O general Heleno colocou um monte de gente da equipe dele. Colocou à disposição um monte de computador na transição, de repente, com a equipe dele lá. E a transição do governo Lula devolveu aqueles computadores, porque, com certeza, boa coisa não era, do meu ponto de vista.

Mas eu queria dizer... O senhor ouviu isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não tenho conhecimento disso. Mas quem instalou todo o complexo de transição, na área de material, foi a Secretaria de Administração da Presidência da República.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não foi o GSI?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu não sei se o GSI instalou alguma coisa específica lá. Eu não tenho conhecimento, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

No depoimento, o senhor afirma que as imagens que foram divulgadas pela CNN foram editadas de forma a retirar o contexto da sua atuação no dia 8. O senhor já falou um pouco sobre isso hoje. O senhor já disse isso. Daqui a pouco, vão perguntar e devem passar as imagens aqui – imagino.

Chamou a atenção que o jornalista responsável pela matéria era bastante próximo, inclusive, do ex-presidente. Muita gente citou isso. Havia uma relação mais próxima.

O senhor fala das imagens. Eu já perguntei isto antes: o senhor desconfia que militares lotados no GSI podem ter vazado essas informações? O senhor teve alguma notícia disso depois?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, deputado, eu não tive essa notícia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nenhuma notícia relacionada a isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, deputado, eu não tive.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Tudo hoje só corre na investigação? O senhor imagina que só na investigação?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Investigação é um processo legal e só dá direito à pessoa...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas ninguém depois falou: "Ministro, a sabotagem foi aqui. Eu acredito que a sabotagem foi aqui." Você não acha que alguém teve essa fala?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, deputado, eu não posso afirmar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não houve esse diálogo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Última pergunta, general. Toda a diretoria da Abin teria sido exonerada no dia 2 de janeiro, com quase todas as áreas do governo. No entanto, no dia 3, essas exonerações foram revertidas. O senhor sabe o que aconteceu? O senhor acompanhou esse processo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu acompanhei, e esse foi um pedido meu, deputado. Porque é o seguinte: todas as nomeações, na Presidência da República, com as exonerações passam por um processo de crivo. Se eu tirasse... Tem uma... E um desses crivos é na Abin. Se exonerasse todo mundo dessa sessão, você não tinha nomeação no...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No cargo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, no primeiro dia útil. E aí a gestão da transição estava com Mercadante e com o Rui Costa. E a assessoria do Rui Costa veio me pedir que fizesse esse contato. Esse contato foi feito e é uma coisa, um procedimento até normal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Bom, pessoal, eu vou, a pedidos, suspender aqui por 20 minutos. Mais uma vez, eu comprei 3 sanduíches com meu dinheiro, um para mim, um para o relator e outro para o depoente. É bom ficar claro que é com o meu dinheiro. Portanto, nós vamos ali comer sanduíche e voltamos em 20 minutos.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 12h10min, a reunião é reaberta às 12h45min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a reunião.

Convido para compor a mesa o deputado Hermeto, nosso relator.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto por até 25 minutos.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Boa tarde a todos. Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer a Deus por este dia e agradecer a presença do general Gonçalves Dias por estar aqui contribuindo para as investigações. Eu fico muito feliz com a disposição do senhor.

Eu vou direto para algumas das minhas perguntas, general. Infelizmente, eu não tenho o luxo do tempo ilimitado do nosso presidente e do relator. Eu gostaria que, se for possível, o senhor me ajude dando as respostas mais sucintas possíveis, porque algumas das minhas perguntas inclusive já foram até feitas por outros parlamentares.

General, de acordo com a matéria do *Valor*, o senhor alega que não tinha conhecimento da presença de homens da Abin monitorando o acampamento na praça dos Cristais. E o senhor afirma que isso se deve ao fato de o general Heleno, que foi o seu antecessor, não ter feito a transição do cargo.

Algumas pessoas já perguntaram isso aqui, mas eu gostaria que o senhor só reafirmasse para mim que não foi feita essa transição. Não foi feita?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Repete para mim, por favor. O senhor fez 2 perguntas. Qual o senhor quer que eu responda?

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu gostaria de saber...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O monitoramento ou...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu gostaria de saber do senhor se não foi feita a transição do cargo do GSI.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não foi feita.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não foi feita. Qual das partes que o senhor considera que teve a má vontade para que não fosse feita essa transição? Porque alguma parte teve que ter má vontade. Não é normal não ser feita uma transição, o senhor não concorda?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não tenho conhecimento disso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não é uma questão de ter ou não

conhecimento. Para 2 partes não fazerem uma transição, uma delas tem que ter má vontade. Se as 2 têm boa vontade, a transição vai ser feita. Eu gostaria de saber do senhor: na sua opinião, qual parte teve a má vontade de não fazer essa transição?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não tenho conhecimento, deputado Roriz. Eu peço que o senhor me desculpe, mas eu não tenho conhecimento disso. Por minha parte, não houve.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Pela sua parte, não houve.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não houve. Se eu fosse chamado lá, eu tinha feito a transição. E transição... Verifica o seguinte: a transição ministro a ministro.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Isso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ministro a ministro. Ministro a ministro é parte política. Parte política de gestão do ministério. A parte técnica de gestão do ministério é do secretário executivo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, da sua parte, não houve má vontade. O senhor destacou que, no momento da invasão do dia 8, apenas 30% dos cargos haviam sido trocados.

Se os senhores não acreditavam na fidelidade ou, pelo menos, na competência dos homens que serviam no governo Bolsonaro – isso foi falado várias vezes, já foi falado aqui que foi uma campanha extremamente politizada, de desconfiança, de uma parte, da outra e vice-versa –, por qual motivo essas pessoas foram mantidas? Se no governo federal existe o famoso decretão de exoneração, por que não foi feito nesse quesito de uma equipe que era, declaradamente, apontada como inimiga? Por que não foi feito e só 30% das pessoas foram trocadas?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nós trocamos 35% do efetivo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, quando o senhor trabalha com as Forças Armadas, existe um período em que o militar, o sargento e o oficial ficam no Gabinete de Segurança Institucional.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O sargento, ele pode ficar 4, sendo estendidos para 5 anos; e o oficial fica 3 anos, sendo estendidos para 4. Nesse processo natural, entra, também, nessas exonerações...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – General, desculpe-me por interrompê-lo. É que o meu tempo realmente é curto.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Claro, claro. Por favor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O presidente Lula falava, abertamente, que iria fazer várias mudanças, e o mais rapidamente possível, das pessoas que estavam no governo Bolsonaro por não acreditar na índole delas. Eu não consigo entender por que não foi feito... Saiu no *Diário Oficial da União*, no dia 1º de novembro, a equipe de transição, liderada pelo vice-presidente Alckmin. Como não houve tempo hábil? Houve 2 meses inteiros para se fazer essa transição de pessoas que eram apontadas como inimigas, pessoas que eram apontadas como suspeitas. Não eram pessoas amistosas, pessoas que poderiam ter ou não ter competência: "Vamos ver como é o trabalho delas". É isso que eu não estou conseguindo entender.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, isso...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu queria muito que o senhor fizesse algum tipo de explanação sobre isso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, senhor, deputado. Veja o seguinte: é a opinião do senhor. Eu já disse aqui que...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – É uma opinião do presidente Lula também. Ele falava.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Joaquim Roriz Neto, V.Exa. perguntou, o depoente vai responder. Assim como ele não está interrompendo o senhor, o senhor também não vai interrompê-lo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Muito obrigado, deputado. O senhor veja o seguinte: nas Forças Armadas, nós nos preocupamos com o cumprimento de missão, e eu estava, ali, trabalhando com cerca de 90% de militares das Forças Armadas. O senhor tem que acreditar na instituição e ir trocando, parceladamente, conforme a necessidade. Eu era o ministro, eu tinha autonomia para isso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim. O senhor acabou de falar, então, que o senhor precisa acreditar na instituição. Houve até uma outra parte – e eu acredito que foi o relator, deputado Hermeto, que fez essa pergunta – em que o senhor falou que, antes de qualquer coisa, o senhor acredita na instituição e que nela deposita uma certa confiança, mesmo que, talvez, o senhor tenha estado equivocado. Porém, em outra resposta, o senhor fez uma declaração um pouco contraditória, onde você falou, abertamente, que misturar o Exército com a política cria, justamente, essa falta de equilíbrio, e que é uma coisa que o senhor não recomenda.

Se havia, de fato, pessoas do antigo GSI que foram – entre aspas, como o senhor falou – "corrompidas" pela movimentação e a inserção da política, não seria mais prudente ter tirado essas pessoas? Não seria mais prudente tê-las removido de um ambiente de decisões de poder?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, quem estava diretamente ligado ao antigo ministro foi transferido. Eles foram exonerados no primeiro dia.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, a responsabilidade do dia 8 de janeiro foi totalmente por pessoas do GSI que estavam sob a sua determinação, o seu comando e a sua confiança.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É o senhor que está afirmando, deputado. Eu não afirmo isso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu estou te perguntando.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não tenho conhecimento disso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, não foram trocados todos do antigo. Ou é um ou é o outro, general.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A cabeça do GSI, o *staff* do GSI próximo ao ministro foi trocado. Com exceção, logicamente, de alguns secretários e do secretário executivo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Tudo bem. Vou para a próxima pergunta.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – De quem era a responsabilidade pelo monitoramento dos acampamentos? Era do GSI ou era da Secretaria de Segurança Pública do DF?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A responsabilidade de monitoramento não é do GSI.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não é do GSI.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Tudo bem. Eu acho que eles entregaram para o senhor aí o que eu tenho na minha mão aqui também: um boletim da situação dos acampamentos que teve em todo o país. E esse documento, segundo me consta aqui, foi entregue ao senhor e consta nesse relatório que, no dia 5 de janeiro, foram identificadas nas redes sociais mensagens de convocações, de organizações de caravanas de várias cidades do

Brasil todo para poderem vir para a capital federal com a finalidade de promover manifestações e fazer paralisação em massa. Na condição de ministro de estado, chefe do GSI, o senhor recebeu esse informe apresentado ou qualquer outro tipo de informe que apresentasse essas informações?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não vou comentar esse documento porque ele está ainda carimbado com "acesso restrito".

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor tinha informações, antes do dia 8 de janeiro, de que iria ter movimentação para fazer atos de vandalismo e manifestações no DF?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não vou comentar esse documento porque ele está sob acesso restrito.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, esquece o documento. O senhor recebeu algum tipo de informação, antes do dia 8, que falava da possibilidade de vandalismo e atos que aconteceram no dia 8? Chegou para você esse tipo de informação de algum modo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu troquei informações com o doutor Saulo, da Abin, sobre alguma coisa sobre isso, mas se o senhor ler, especificamente, há risco não categoricamente de que haveria isso. E agora tudo é uma análise. Não se esqueça, deputado, que eu já falei aqui também, que isso é um compilado de alertas feito de mensagens de WhatsApp, de mensagens de aplicativo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor julgou que não havia risco?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, tudo tem que ser analisado. Eu, especificamente, do que o senhor está perguntando, eu não tenho essa análise.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não tem essa análise.

Mas no começo da oitiva, quando o senhor leu o discurso, o senhor falou que teve um pressentimento de risco na sua casa e foi para o Planalto. Esse pressentimento de risco surgiu somente no dia, mas não antes dos atos de vandalismo? Não quando o senhor conversava com o diretor da Abin? Não houve essa sensação de risco? Foi somente no dia? Minutos antes das invasões que houve essa sensação de risco?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A análise de risco, no dia 6, foi feita pela Coordenadoria-Geral de Análise de Risco e foi, na realidade, estabelecido um padrão de procedimento de acordo com o Plano de Operações Escudo do Planalto e foi aplicado a força, naquela época, com as informações que se tinha.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – As informações que havia na internet eram escancaradas, general. Até as tias do Zap, até as senhorinhas que ficam na rua da avó da minha esposa, lá em Taguatinga, estavam comentando que iria haver invasão, que iria haver movimentação. Como todas essas pessoas sabiam, como todas essas pessoas julgavam algo que iria acontecer 2, 3 dias antes, mas o ministro-chefe do GSI não tinha nenhum conhecimento? Como isso acontece?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, os procedimentos foram tomados. Foram tomados. Agora, o procedimento, na realidade, o senhor tem que ver a análise conjunta de segurança da Esplanada e da Praça dos Três Poderes, ela é centralizada na Secretaria de Segurança Pública. Secretaria de Segurança Pública, de acordo com o Protocolo Tático Integrado, feito em 2017, é um conjunto de ações que vai propiciar, de maneira coordenada, que se faça a segurança da Praça dos Três Poderes e Planalto. E, na realidade, deputado, o Planalto é um órgão. O senhor tem o STF. O senhor tem a Câmara também, entendeu? E, no Planalto, nós tomamos as medidas que deveriam ser tomadas.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – É, eu vi as imagens das medidas que foram tomadas. Inclusive, eu gostaria de agradecer ao presidente por ter mostrado uma das fotos de dentro do Planalto. Na fala do senhor, o senhor falou que estava lá defendendo o Planalto. O senhor falou isso: "Estou defendendo o Planalto". E me desculpe, general, mas, nas imagens que eu vi, parecia um mestre de obras, andando de forma descontraída, sem preocupações, fazendo análises extremamente calmas sobre os acontecimentos.

Eu quero perguntar para o senhor sobre uma fala muito específica que o senhor fez. O senhor falou que abriu um processo contra o major – foi até uma pergunta muito bem-feita pelo nosso presidente – que estava distribuindo as águas. O senhor falou que abriu esse processo. É correta essa informação?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Não está correto. A sindicância, ela foi aberta para apurar os fatos que aconteceram e os responsáveis...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor falou que o senhor que fez a movimentação para abrir essa investigação.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não foi especificamente em cima desse fato...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Do major...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A sindicância, ela é extremamente ampla, para apurar, de uma maneira geral, o que aconteceu, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – E quando foi aberta essa sindicância? Em qual data?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ela foi aberta no início... Não sei especificamente a data, mas foi aberta no início do mês de janeiro.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Foi logo após, então, o ato do dia 8.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não me lembro a data...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não lembra a data.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Mas o processo de investigação começou logo no dia seguinte ao dia 8.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Uma pergunta mais pessoal, general. Quando as imagens que incluíam o senhor dentro do Planalto foram vazadas – eu acredito que pela CNN –, o senhor ficou chateado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Por que ficaria, deputado?

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu estou lhe perguntando. O senhor ficou?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, aquelas imagens constavam do grupo de imagens que estava gravado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, o senhor não ficou chateado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu estava cumprindo a minha missão.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim. O senhor não ficou chateado. O Lula ficou. O Lula ficou chateado. Inclusive, ele fez uma declaração falando que ficou extremamente chateado e que, inclusive, se sentiu traído quando ele viu aquelas imagens. O senhor pode opinar em relação à fala do presidente?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu acho que o senhor tem que perguntar para ele, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Teria que perguntar para ele, não é?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, claro.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – É porque o senhor tem uma amizade tão próxima com ele, eu pensei que seria mais fácil o senhor perguntar.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ah, obrigado, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Vou passar para a próxima pergunta: O presidente da República, então, não tinha ciência nenhuma das manifestações que iriam ocorrer na data de 8 de janeiro? O senhor afirma que ele não tinha ciência?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não sei.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não consegue afirmar?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Na condição de responsável pela segurança pessoal do presidente da República, o senhor tinha acesso prévio à agenda do presidente?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A segurança pessoal imediata do presidente da República é da Polícia Federal, na secretaria transitória criada ainda na transição.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor tinha acesso prévio à agenda do presidente?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não tinha. O senhor participava, de alguma forma, do planejamento da agenda do presidente Lula?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. É gabinete pessoal.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor não participava?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu queria chamar a atenção para um fato que eu acho no mínimo curioso, general. Eu queria compartilhá-lo com o senhor. O presidente da República, nos 31 dias do mês de janeiro, só se ausentou do Distrito Federal em duas ocasiões: para fazer uma viagem breve a Roraima, para tratar de uma situação emergencial dos povos indígenas; e, depois, embarcou para a Argentina, para fazer missões diplomáticas.

A outra data em que ele se ausentou foi na sexta-feira anterior ao dia 8 de janeiro. Foi muita coincidência – para mim, pelo menos – que essa tenha sido a única data, em todos os meses do governo Lula, que ele não registrou a finalidade da sua ausência no DF. Eu queria perguntar para o senhor: você acha isso um procedimento normal, ou o senhor acha que houve alguma relação com dados que foram recebidos por ele, possivelmente o alertando do que iria acontecer aqui no dia 8 de janeiro?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não posso responder isso. Isso é uma pergunta que deve ser feita ao Marcola, que é o chefe do gabinete pessoal.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Mas, como ex-ministro-chefe do GSI, o senhor não tem nem uma opinião com relação a isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu não tenho conhecimento.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor não tem conhecimento de nada?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – De nada. Ótimo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – "Você", não. Deputado, por favor.

ANDRÉ LUÍS CALLEGARI – Eu pediria a gentileza que mantivesse o pronome de tratamento correto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu tentei falar "senhor", se eu não tiver falado...

ANDRÉ LUÍS CALLEGARI – Não, não. O senhor, por duas vezes, repetiu a palavra "você".

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – ... eu peço desculpa.

ANDRÉ LUÍS CALLEGARI – Muito obrigado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Peço desculpas, general. Eu vou fazer mais uma pergunta para o senhor. O não comparecimento do GSI, na sua opinião, isenta o GSI de qualquer tipo de responsabilidade em relação ao PAI?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, o senhor poderia ser mais claro? O comparecimento onde?

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O não comparecimento, pelo GSI, na agenda

que foi feita para discutir o PAI. Na opinião do senhor, isso isenta o GSI de qualquer responsabilidade? Por não ter comparecido?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É extremamente importante participar de planejamentos na Secretaria de Segurança Pública.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu concordo, é extremamente importante. A coronel Cintia, que esteve na mesma cadeira em que o senhor está sentado, falou que o GSI foi convidado e que não participou. Se é extremamente importante, por que é que o GSI não participou?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Porque o GSI não foi convidado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, a coronel Cintia está mentindo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem que perguntar para ela, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Nós vamos perguntar, porque ou ela está mentindo, ou o senhor está mentindo. Alguém está mentindo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É. "Mentindo" é uma palavra muito forte. Eu acho que o senhor deve perguntar a ela.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – É forte. Eu pensei muitas vezes antes de usar a palavra, porque ela é forte.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Entretanto, se uma pessoa fala que o GSI foi convidado e o outra fala que não foi, alguém está mentindo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, a Cintia, quando foi questionada aqui, no meu lugar, ela falou que faltaram a Câmara dos Deputados e o GSI. Realmente, o GSI faltou. A Câmara dos Deputados não faltou. O senhor pode olhar no PAI. Posso passar o PAI aqui para o senhor, se o senhor quiser.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu não estou perguntando se faltou a Câmara ou não. Estou perguntando sobre o GSI, general.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu estou respondendo...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Ótimo. Que bom que o senhor está respondendo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ...o que o senhor perguntou, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Ótimo. Que bom que o senhor está respondendo.

Em uma das falas do senhor, o senhor disse que o ministro Flávio Dino – isso são palavras do senhor – ligou para o senhor e chamou o senhor para poder ter uma conversa, enquanto o senhor estava no Planalto, e o senhor foi dirigido para lá. Foi isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

Ele sabia, então, que o senhor estava dentro do Palácio, no mínimo, como testemunha ocular dos fatos. O senhor relatou para ele que o senhor estava dentro do Palácio?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor omitiu isso dele?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não entendi.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor deixou de falar para ele que o senhor estava dentro do Palácio quando foi ter a conversa com ele?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Ele me telefonou e me convidou para ir ao Palácio da Justiça. E eu fui. Só isso.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Isso, quando o senhor estava lá, o senhor não mencionou que estava dentro do Palácio?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Por quê? Curioso.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não me lembro.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Ah, o senhor não se lembra?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Ah, tá.

Fica muito difícil fazer as perguntas, porque o general não se lembra de nada. (Risos.)

A última pergunta que eu queria fazer para o senhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado, só uma questão: eu nunca interfiro nos... Mas, tudo o que foi perguntado aqui, o depoente está respondendo. Portanto, eu acho que a ironia, aqui, não é uma boa coisa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Presidente, eu não interrompi o deputado, quando ele estava, claramente, falando sobre questões que eu, possivelmente, iria fazer. Então, eu gostaria também de não ser interrompido, presidente.

Eu estou me dirigindo ao general da forma mais honrosa possível, e eu estou tentando fazer a minha linha de questionamento. Eu acho que eu não estou saindo da minha forma de conduta. Então, eu gostaria de terminar. Falta muito pouco para eu poder finalizar as minhas perguntas.

Tenho 2 últimas perguntas.

Senhor general, saiu uma matéria no *Correio Braziliense* em que o deputado Lindbergh Farias, que é o vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, disse que houve uma quebra de confiança entre o senhor e o presidente Lula, porque o presidente havia solicitado cópia do vídeo das câmeras de segurança do Palácio do Planalto e na oportunidade o senhor teria informado que as imagens não existiam – não sou quem está falando, é a matéria que saiu no *Correio*. O senhor afirma, o senhor confirma as informações declaradas pelo deputado Lindbergh Farias?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não confirmo. Todas as cópias foram entregues ao presidente. As cópias estão até hoje de posse da SECOM, e o senhor pode pedir essas cópias para a SECOM e comprovar que a minha imagem estava lá.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Outra questão que me deixou um pouco curioso, general, é o fato de o senhor ter continuado no cargo, após os atos do dia 8, como se nada houvesse acontecido. Foi só depois que as imagens foram vazadas e divulgadas e que o presidente Lula externalizou uma insatisfação – ele mesmo falou que se sentiu traído – que o senhor pediu exoneração do cargo. Por que o senhor pediu exoneração do cargo somente depois que as imagens vazaram?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não pedi exoneração do cargo somente depois que as imagens vazaram. Isso foi uma atitude pessoal minha. Não gosto que, na minha gestão, tivesse o viés político. Então, eu me senti em liberdade de tomar essa decisão, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor tomou essa decisão de deixar o cargo depois que ficou público o fato de o senhor estar dentro do Planalto?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Antes disso, ninguém sabia, nem o ministro Flávio Dino sabia disso, de acordo com o senhor?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, senhor deputado. Eu tomei essa decisão de livre e espontânea vontade, porque não quero envolvimento político, envolvimento do meu nome nesta área. A minha função era estritamente técnica, deputado, e não política. Eu sou

apolítico e nunca me filiei a nenhum partido. E, aliás, deputado, acrescentando aqui: eu tenho uma amizade pessoal pelo presidente Lula. Eu servi com ele 8 anos e eu aprendi muito com ele. É uma pessoa que está voltada muito para as pessoas mais necessitadas e, além disso, para mim é um líder carismático.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Muito obrigado pela sua opinião pessoal em relação ao presidente Lula, apesar de eu não ter pedido.

General, a minha última pergunta, infelizmente, é muito longa, e vejo que eu só tenho mais 1 minuto.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ah, que bom.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu gostaria de pedir uma gentileza ao senhor para os próximos parlamentares que vão fazer suas perguntas, a fim de poder contribuir para o que a população não só do Distrito Federal, mas também do Brasil todo quer: a verdade.

Eu gostaria que o senhor respondesse as perguntas, em vez de simplesmente falar que não tem conhecimento, que não sabe ou não pode opinar, em respeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e aos meus outros colegas deputados.

Muito obrigado pela sua presença.

Encerro a minha fala.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS –Muito obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por até 25 minutos, a deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Obrigada, meu presidente.

Antes de qualquer coisa, mais uma vez, quero fazer um registro aqui acerca desta comissão, meu presidente, deputado Chico Vigilante, que está sendo presidida pela sua pessoa. Aqui já relatei outras vezes que, mesmo estando em recesso, general, entendemos que é importante tomarmos essa decisão e fazermos todo esse trabalho.

Quero agradecer a presença do senhor, que é importante. É importante termos essa condição de colocar as nossas dúvidas, e muitas das minhas perguntas e dúvidas já foram sanadas. No entanto, quero aproveitar a oportunidade, senhor presidente, deputado Chico Vigilante, para trazer também outra reflexão.

Nós estamos, salvo engano, na nossa 17ª Reunião, e me entristece muito estarmos aqui debatendo este tema – muito importante – que, inclusive, manchou, general, a nossa capital, infelizmente. Manchou o trabalho, deputado Hermeto, de policiais que são excelentes, são exemplos para o nosso Brasil. Infelizmente, por conta de tudo o que aconteceu, temos de estar aqui explicando e apontando que houve, sim, falhas, mas até o momento não sabemos quem são, de fato, os verdadeiros responsáveis.

Mas também, por conta de tudo o que aconteceu, tivemos aqui, general, o nosso governador Ibaneis afastado durante 90 dias, meu presidente, deputado Chico Vigilante. Na verdade, foram 66 dias. O afastamento era de 90 dias, ele ficou 66 dias.

Traz-me uma reflexão, porque, a cada encontro que fazemos nesta casa, deputado Chico Vigilante, não há nada, absolutamente nada, que vincule o nosso governador. Então, eu trago essa reflexão para entendermos o quanto foi sério, meu general, e importante tudo o que aconteceu.

Foi triste! Nós tivemos o chefe da nossa capital afastado. Nós tivemos o nome de Brasília estampado em todo o Brasil. Falou-se de tudo o que aconteceu. E nós parlamentares que deveríamos estar andando por aí, falando com a população e trazendo melhorias e políticas públicas para quem realmente precisa, estamos aqui toda quinta-feira, sob a presidência do nosso deputado Chico Vigilante, ouvindo os depoentes, tentando buscar explicações.

Eu relato isso, general, para que o senhor também compreenda cada deputado que aqui está, porque cada deputado que aqui está, deputado Pastor Daniel de Castro, tem a sua

bandeira, tem as suas convicções, mas todos nós queremos a mesma coisa: cuidar da nossa capital, cuidar do nosso povo e cuidar do nosso Brasil.

Então, eu coloco isso até como uma reflexão para que o senhor possa nos compreender. Nós vamos ter aqui deputados talvez mais eufóricos e muito – como eu posso dizer – dispostos a buscar a realidade. Talvez seja por isso que, às vezes, não temos um clima muito bom nesta casa. Enfim, eu termino aqui minha fala.

Como eu disse, tínhamos algumas perguntas que já foram passadas para o senhor. Só quero fazer uma pergunta ao senhor para poder fechar, presidente, a minha intervenção, que sempre é muito rápida. Eu busco sempre ouvir os deputados.

Como eu disse, acredito muito, deputado Hermeto, que nós, todos os deputados desta comissão, vamos preparar um belíssimo relatório com a verdade em cima do que estamos todos os dias buscando, estudando, ouvindo e esclarecendo.

O que eu queria perguntar ao senhor é o seguinte, general: Os relatórios entregues pela ABIN, a pedido do ministro Alexandre de Moraes, indicaram que 3 das 11 mensagens que alertam sobre a chegada de ônibus foram enviadas pelos agentes de inteligência do governo diretamente para o celular do senhor, sendo que uma delas, na manhã do dia 8, alertava sobre 100 ônibus que estariam chegando a Brasília. Eu pergunto: De fato, houve essas mensagens enviadas para o senhor? Se foram enviadas, ao recebê-las, qual foi a providência que o senhor, general, tomou?

Entendo que tivemos uma série de falas aqui, mas talvez essa, para mim, não ficou clara, não é? Eu queria entender qual foi a atuação do senhor? Se o senhor as recebeu e como foi o despachar depois?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputada, muito obrigado. A senhora foi muito feliz no início do seu pronunciamento – e eu agradeço –, falando de Brasília – de coração –, falando sobre a verdade também e expondo a sua opinião. Na minha gestão, nós tivemos 2 relatórios. Esse seria, pelo que eu sei, um terceiro relatório que está ainda com o ministro, que eu não tenho conhecimento. O que eu posso falar com a senhora é que eu não participei de nenhum grupo de WhatsApp. Eu estava no início do governo. Não troquei mensagem por *e-mail,* não participei de grupo de WhatsApp. Eu troquei mensagem no meu celular particular com o doutor Saulo. Somente isso. Esse documento de que a senhora está falando não chegou ao meu conhecimento. Obrigado. Muito obrigado, deputada.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor general, só para eu entender: o que o senhor está deixando claro é que, de fato, o senhor não recebeu nenhuma mensagem que pudesse alertar o senhor acerca desses ônibus. É isso? No seu celular, o senhor não recebeu nenhuma mensagem?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não fiz parte de nenhum grupo de WhatsApp. Nesse compilado de mensagens, eu não participei do grupo. Se alguém participou do Gabinete de Segurança Institucional, os processos vão chegar à conclusão de quem participou. Eu não participei. Eu troquei mensagens particulares com o doutor Saulo.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – E, nessa mensagem, não relatava esses 100 ônibus, não é? Pelo que o senhor está deixando claro aqui. Falava-se acerca desses 100 ônibus que estavam chegando?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Algumas, sim. Algumas, sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Depois dessa informação, o senhor teve alguma ação ou algo que o senhor tenha encaminhado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Claro! Claro, deputada! Nós temos o Plano de Escudo do Planalto. O plano estava acionado. As tropas estavam todas de prontidão. E, senhora deputada, é o seguinte: todos esses compilados de mensagens têm difusão. Tem a difusão lá para quem foi, qual foi o ministério que foi. Ademais, do dia 6 para o dia 7, esse grupo passou a constituir também o grupo da célula de inteligência integrada do PAI. Então, os 2 grupos começaram a se falar. A senhora pegue o ofício que está aqui – eu estou deixando-o com o presidente Chico – do encaminhamento de um dos compilados de

mensagem para o GSI da ABIN. Aqui diz que a difusão do compilado de mensagens feita para a ABIN, enviado para a Ccai, passou por todos os sistemas, o Sisbin. O Sisbin é um colegiado, deputada, de 48 organizações e agências governamentais. Então, não só o GSI tomou conhecimento desse compilado, como praticamente todo o colegiado Sisbin. Isso está aqui no ofício que a Abin encaminhou ao GSI e que foi encaminhado para a Ccai.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Está certo.

Eu agradeço, general, os esclarecimentos e já quero retornar para o nosso presidente para que possa dar seguimento para os demais deputados.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputada, muito obrigado. A pergunta da senhora foi extremamente oportuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada Jaqueline Silva, vice-presidente da nossa comissão.

Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, obrigado por liberar o microfone. A deputada Jaqueline Silva só falou por 5 minutos. O senhor não me concede os 20 dela, presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não há transferência de tempo, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Tentei, paciência, mas muito obrigado pela bondade de não os conceder. Eu louvo a Deus por estar aqui. Louvo a Deus, porque vamos ouvindo tanto as inquirições quanto as agulhadas, as indiretas também, mas é a casa parlamentar e a respeitamos. E vossa senhoria... – eu quero chamá-lo assim. Se eu o chamar de forma diversa, perdoe-me já antecipadamente. Não precisa nem o seu advogado me corrigir, por mais que, nessa cadeira, tenham se sentado o general Heleno e o general Dutra e tenham sido chamados de você... O desrespeito prevaleceu nessa cadeira. Mas que não seja da minha parte. De maneira que, se eu o fizer, já me corrija na hora, que eu já peço desculpa, porque eu quero que...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu posso interromper o senhor?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, senhor.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu gosto muito quando o senhor fala em Deus.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pronto.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Quando nos posicionamos...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso é muito bom.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É muito bom. A gente sente paz de espírito.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu quero tratá-lo com toda a fidalguia que V.Sa. merece, nesta casa. O deputado Chico Vigilante sempre pediu que agíssemos assim com todos que vieram. Digo, inclusive, que o convite a V.Sa. não é do deputado Chico Vigilante, é meu. O deputado Chico Vigilante fez a convocação. O primeiro convite foi meu, é o 117, aprovado no dia 23 de março. E eu disse a esta casa e a esta comissão que tanto o senhor, como o general Heleno deveriam ser convidados, respeitando-se, inclusive, a patente de V.Sas.

O deputado Chico Vigilante, depois, lá na frente, falou: "Nós vamos é convocar". E convocou os 2. E eu me curvo à convocação.

Mas começo dizendo a santa e gloriosa palavra de Jesus Cristo no Salmo 89:14, que diz que justiça e juízo são as bases do trono de Deus. Sempre digo isso e sempre vou dizer, até para os que não gostam. Respeito também quem não gosta, mas é meu perfil. Eu sou um pastor, sou advogado e a minha função, nesta CPI, general, é buscar a verdade. É buscar a verdade. Por mais que ela... Vai ser muito difícil. Porque quem se senta nessa cadeira pode abrir todo o coração e dizer toda a verdade, mas muitas vezes omite a verdade. Aqui eu não estou dizendo que mente. Falei isso para a imprensa ainda há pouco. Longe de mim querer

chamar alguém de mentiroso. Até porque vige, sentado nessa cadeira, o princípio da inocência. Condenação, no final, com sentença transitada em julgado, depois de oportunizar a todos o devido processo legal. Por mais... Sempre dizemos dos pesos e contrapesos.

Mas estamos diante de medidas desmedidas. E aqui não estou acusando V.Exa. de maneira nenhuma. Mas Anderson Torres foi preso. O coronel Naime está preso – sem se oportunizar o devido processo legal, o princípio da inocência – por possível participação. E V.Sa. estava no Palácio, quando as imagens foram liberadas, conversando. Por mais que eu entenda... Deus o livre tivesse havido uma morte lá! Mas, para o senhor, não foi decretada a prisão e nem deveria sê-lo. Para outros, foram.

Eu estou fazendo um preâmbulo meu, mesmo, mas para dizer que há 2 pesos e 2 medidas.

E, nesta CPI, nós começamos com 2 pesos e 2 medidas. Só a direita era culpada. Hoje, eu já ouvi, bem ali, dizerem: "Não, mas não é assim. Eu sei que tem culpa, mas vão...". Aliás, já adivinharam tudo o que vamos fazer, não é? É uma coisa muito engraçada. Mas é assim, mesmo. É o nosso perfil. Aqui todos nós temos esse direito.

Mas eu quero deixar claro que nós buscamos esse contrapeso. O que nós queremos? A verdade. Para quê? Para que não aconteça mais em Brasília o que aconteceu.

Então, peço a V.Sa... Vou fazer algumas perguntas – são várias –, e há o vídeo depois e umas fotos para mostrar também. Eu queria muito, tal como o deputado Joaquim Roriz Neto, que V.Sa. pudesse ser sucinto na resposta. E, quando eu me sentir satisfeito, irei interrompê-lo não por falta de educação, mas pela exiguidade do meu tempo. Eu já perdi foram 4 minutos.

Então, vamos lá: general, como o senhor define a importância do Exército Brasileiro para o Estado brasileiro?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso está previsto no art. 142 da Constituição.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, senhor. Pode dizer?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A importância das Forças Armadas...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Do Exército Brasileiro.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Está previsto no art. 142 da Constituição.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas o senhor sabe alguns detalhes aí, não sabe? Pode dizer para nós essa importância que o Exército tem para o Brasil?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Exército Brasileiro tem um lema da mão amiga. Aquele lema é Braço Forte, Mão Amiga. Aquilo sintetiza o trabalho dele no território nacional.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor considera que as Forças Armadas são favoráveis à democracia?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sempre foram.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Como se sente o general do Exército Brasileiro testemunhando as Forças Armadas prestarem continência para o senhor Maduro, um ditador que prende e tortura seus opositores, que prende homossexuais e que, reiteradamente, viola os direitos humanos? O que o senhor diria disso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, muito obrigado pela pergunta. Os princípios que norteiam as Forças Amadas são hierarquia e disciplina, regidos pela cadeia de comando. A cadeia de comando é o esteio de ordenação de uma estrutura hierarquizada e sistêmica também, com visão sistêmica, deputado. Dentro disso, o presidente é o comandante supremo. E, dentro dessa teoria, digo: o presidente é o comandante supremo e é regido por essa cadeia de comando. As Forças Armadas são instituições de Estado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Há vídeos do senhor Maduro saboreando carne banhada a ouro e, ao mesmo tempo, crianças venezuelanas comendo ratos e procurando comida no lixo. Aliás, também há vídeos em que venezuelanos declaram que, se

falarem mal do governo, perderão até botijão de gás. O senhor considera a Venezuela uma democracia?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o senhor responda se quiser, porque não faz parte do objetivo da CPI.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, deputado Chico Vigilante, eu peço a V.Exa. que o senhor... (Ininteligível.) A palavra é minha. Eu estou perguntando para ele. Eu tenho o direito de perguntar e ele de responder. Por favor, se ele quiser responder...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu estou dizendo, como presidente desta CPI, que o general pode responder se quiser. Não é objeto da CPI a indagação que V.Exa. fez.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu já vi tanta coisa aqui que não é objeto da CPI sendo perguntada. V.Exa. fique tranquilo. Se não responder... Até porque não estou aqui imputando... Se não responder, não há problema. Só estou fazendo uma pergunta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou só dizendo a V.Exa. O que V.Exa. está perguntando...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado, deputado Chico Vigilante, mas V.Exa. é um dos que mais faz pergunta aqui que não é pertinente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que V.Exa. está perguntando não é objetivo da CPI. O general responde se quiser.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu peço a V.Exa. que reponha o meu tempo. Eu estou perguntando, a palavra é minha, ele responde se quiser. Eu peço a V.Exa. que, por favor... Deputado Chico Vigilante, eu nunca interferi na fala de V.Exa. Nunca. Então, não interfira na minha, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Faça as perguntas dentro do que é o escopo da CPI.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Exa. faz tantas outras que não são e eu respeito. Então, respeite, por favor.

General, por gentileza, o senhor considera a Venezuela uma democracia?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não posso, eu não posso... Geopoliticamente, o senhor tem que analisar os 2 países e a estrutura econômica dos 2 países. São estruturas completamente diferentes na área econômica e na área política.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, general. Mas a ONU, Organização das Nações Unidas, diz que a Venezuela é uma ditadura.

A Abin informou que o senhor recebeu pelo menos 11 alertas diretamente no seu celular – não estou falando do celular da Abin, não – sobre real ameaça de invasão aos prédios. Por que o senhor dispensou o batalhão que reforçava a segurança do Palácio?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não foi dispensado. E não era batalhão. Era um pelotão. A dispensa é o senhor liberar. Vai para o quartel e vai para casa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele foi liberado e ficou de prontidão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Porque não era um batalhão, era um pelotão, mas não estava todo o pelotão. Estava uma quantidade só?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por que não estava todo o pelotão?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Estava de prontidão no quartel. Foi a troca de serviço.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. Então, esse pelotão do GSI estava de prontidão, não de sobreaviso. Estava de prontidão?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sobreaviso é uma coisa...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu sei. Eu sei.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... prontidão é outra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele estava de prontidão no quartel.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O serviço é 24 horas. Era 8, 8 e 8.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*, mas estava de prontidão, então?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Estava, estava de prontidão. Ele não foi dispensado, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. Muito bom saber essa distinção.

O senhor não ficou sabendo pelo WhatsApp da Abin, mas pelo seu WhatsApp pessoal o senhor recebeu algumas dessas informações que chegavam a falar da possibilidade de invasões a prédios públicos? Pelo seu celular pessoal, o senhor teve conhecimento?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu tive contato sempre com o diretor da Abin. Recebi algumas informações. As informações que eu recebi repassei para o secretário executivo, o general Penteado, repassei para o general Feitosa, e nós tínhamos tomado já providência de acionar o Plano Escudo do Planalto, que tem, na realidade, como escopo a defesa do Planalto. Eu não sei se eu já falei com o senhor, mas o conceito da operação do Plano Escudo do Planalto são 4 bloqueios na frente do Planalto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – General, permita-me, pela exiguidade do tempo, até porque V.Sa. já explicou isso muito bem, eu até o parabenizo pela atitude, porque quando lá chegou o senhor estava preservando tanto o prédio como a própria integridade do presidente da República eleito.

Eu já entendi, muito obrigado.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência do Congresso requereu ao GSI relatórios sobre as invasões. Todavia, o relatório enviado omitia que o senhor recebeu alertas diretamente no seu celular. Além disso, há uma matéria do *Folha de S.Paulo*, do dia 13 de junho, em que o jornalista afirma que o senhor mandou o GSI omitir essas informações. O que o senhor pode dizer sobre isso? O senhor determinou isso ou não? Ou foi alguém que tirou?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, não participei do grupo do WhatsApp. Nunca participei do grupo do WhatsApp.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, eu estou falando do seu zap pessoal.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Só tomei conhecimento desse compilado de mensagens após o dia 8 e não mandei alterar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. General, segundo o atual comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, no âmbito da Polícia Militar, a falha da segurança pode ser atribuída – pode – ao coronel Paulo José. E no âmbito do governo federal, responsável pela segurança do Palácio do Planalto, quem errou?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Há um processo investigativo sendo apurado em várias instâncias. STF tem investigação. Tem sindicância investigativa no próprio Palácio, que eu instaurei. Entendeu? Isso tem que ser apurado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu peço à assessoria que libere o primeiro vídeo, por gentileza.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – General, afinal de contas, quando o atual presidente teve acesso às imagens das invasões?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – No dia 9, foram repassadas para a Secom todas as imagens vistas na videocâmara, todas as imagens da central de monitoramento. E todas as imagens da central de monitoramento ficam num cofre na Diretoria de Tecnologia.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A pergunta é: o presidente Lula sabia ou não sabia?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Especificamente foram entregues, na mão dele, todas as imagens.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, ele sabia. Muito obrigado.

As viagens do presidente Lula são planejadas com quanto tempo de antecedência?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso aí é incumbência do gabinete pessoal dele.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok.*

O general Heleno foi chefe do GSI no governo Bolsonaro. O senhor atribui alguma responsabilidade ao general Heleno em relação às invasões?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso tem que ser apurado. Eu não posso emitir opinião.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, no dia 19 de junho, o ministro da defesa do governo do presidente Lula, senhor José Múcio, afirmou que não existe um grande líder por trás dos ataques do dia 8. Preste atenção. Estou falando de um ministro do governo do presidente Lula. Ele afirmou ao jornal *O Globo* que não existe um grande líder por trás dos ataques do dia 8 e que as pessoas que promoveram os ataques não saíram do acampamento em frente ao QG do Exército.

Ainda segundo o ministro Múcio, quando ele assumiu o cargo, havia, aproximadamente, 4 mil e 300 pessoas no acampamento, mas, na véspera dos ataques, havia menos de 180. Essa afirmação ratifica vários depoimentos já colhidos por esta CPI, inclusive o depoimento do general Dutra.

O senhor pode apresentar alguma prova que contrarie essa declaração do ministro de defesa do governo Lula? Ou essa afirmação dele é correta?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Essa é a opinião do ministro. Eu não comento opinião do ministro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor considera que as invasões do dia 8 caracterizaram um golpe?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O processo de investigação é que vai chegar a essa conclusão ou não. Eu não posso emitir uma opinião sem que eu tenha dados para torná-la verídica ou não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas o senhor é um general. O senhor não é qualquer pessoa. O senhor é uma pessoa a quem Deus deu um privilégio enorme. Chegou a um dos mais altos postos no glorioso Exército Brasileiro. O senhor foi, por 8 anos, ministro do GSI do presidente Lula. Imagino eu que até nem precisava ser feita a transição, porque V.Exa. conhece por dentro e por fora aquele ministério.

Imagino também, general, que V.Sa., quando assume... aqui é comum! Para cá vem decretão! Tira-se todo mundo, porque é um governo que entra e outro que sai, até para não haver conspiração.

Quando o senhor demite alguns, o senhor traz para si, para a sua estrutura, para ser comandado pelo senhor, pessoas de extrema confiança. Quando o senhor não retira quem lá está é porque, no mínimo, são pessoas também nas quais o senhor confia. Imagino – disse ainda há pouco para a imprensa – que isso ocorre porque são generais, coronéis, pessoas que têm responsabilidade.

Aqui tentam, a todo custo, dizer é golpe, é golpe, é golpe, é golpe, mas isso não combina com o Exército, não combina com as Forças Armadas.

Nós já ouvimos do general Heleno, mas eu quero ouvir do senhor: o Exército, as Forças Armadas, na sua opinião, eles se juntariam à tentativa de um golpe?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – As Forças Armadas sempre pautaram a conduta dela em cima da Constituição e continuam pautando a conduta dela em cima da Constituição. Isso daí nos dá o respaldo do Estado democrático de direito, em que as Forças Armadas devem sempre primar por isso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito linda a sua resposta porque, para mim, em síntese, o senhor está dizendo: jamais as Forças Armadas, o Exército Brasileiro – eu estou falando da minha voz, não é nada do senhor não, mas imagino que aí por dentro o senhor possa estar falando isto – comungariam com um golpe de Estado, principalmente na figura de generais. Porque, se isso se configurasse, V.Sa. seria cúmplice de um golpe de governo do seu amigo, pelo menos durante 8 dias, porque, do dia 1º até o dia 8, V.Sa. já era o ministro-chefe do GSI. Mas, claro, eu tenho convicção de que não houve tentativa de um golpe, porque as Forças Armadas não embarcariam num negócio desse.

E o ministro Múcio está dizendo que não havia um líder. Quem vai fazer golpe sem um líder? E mais: cadê as armas, cadê os canhões, cadê as metralhadoras? Não havia. Eram manifestantes, exceto os que invadiram os prédios públicos. Esses são, sim, criminosos e irão responder.

Eu parabenizo V.Sa. por ter prendido os que estavam lá dentro. Isso é a função que se espera daqueles que detêm mando. Assim agiu V.Sa., agiu o general Heleno, assim agiram alguns coronéis da gloriosa Polícia Militar.

Mas que fique ressaltado: não eram os manifestantes que estavam no QG do Exército. Lá eles estavam há mais de 50 dias, gostem ou não, orando, rezando, cantando. Mas falaram que lá havia criminoso. Havia droga, havia sexo e havia um monte de troço. E por aqui passou um monte de gente que disse que não havia nada disso, porque, se houvesse, também o Exército tinha prevaricado, porque era o responsável por aquela área.

Então, na verdade, nós vamos destruindo narrativas aqui. E narrativas imperam porque, muitas vezes, a mentira dita tantas vezes se reveste de verdade.

Mas deixe-me pedir para passar umas fotos aí.

Passe, por favor, a segunda foto das invasões da Câmara Legislativa, do Ministério da Agricultura. Passe para mim, por favor.

Olhem aí. Invasão da Câmara Legislativa, prédio público, quebraram um monte de troço lá. Passe adiante. Pode ir passando, por favor.

Olhem a democracia aí.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, não, não, não, não. Longe disso, longe disso, meu querido deputado. Longe disso.

Não, não, não, não. Eu só estou passando porque é importante.

Pode passar adiante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu devo alertar a população que está assistindo a esta CPI que essas imagens não fazem parte do dia 8.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, senhor, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só para ficar claro, para não haver confusão com a opinião pública, essas imagens não fazem parte do dia 8 e não deveriam estar sendo exibidas aqui.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, eu só peço a V.Exa. que recomponha...

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Inclusive, eu peço que cortem essas imagens que não são do dia 8. Estão cortadas. Suspendam. Não fazem parte da investigação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente.

O tempo é meu, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estão suspensas.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, recebo a sua suspensão com todo o carinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tudo o que diz respeito às investigações será feito. Não são imagens do dia 8, logo não serão exibidas.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, V.Exa. é uma pessoa extremamente equilibrada, até aqui se portou assim, tem conduzido esta CPI de forma maravilhosa e eu lhe agradeço. Se V.Exa. resolve não passar as imagens, eu acato, eu respeito, mas deixe-me falar: não vamos agir com 2 pesos e 2 medidas. Aqui também se passou muita coisa que não diz respeito ao tema. Aqui se pergunta tanta coisa. Aqui se leva ao passado do Bolsonaro. Aqui se fala de vacina, de negacionismo. E o governo que mais comprou vacina no mundo, tirando os que a fabricam, foi o do ex-presidente Bolsonaro. Nós aceitamos isso de forma democrática, presidente. Isso aqui é democracia. Aqui sou livre para passar o que quero. Se eu passar alguma coisa adversa, V.Exa. tem todos os caminhos, dentro do nosso compêndio de estatuto, de regimento, de lei, para tomar as suas posições. Respeito a tomada de decisão de V.Exa. e já mostrei as imagens.

O que quero mostrar, presidente, na verdade, não é para afrontar ninguém. Não é isso. É para dizer que a manifestação é livre e vai continuar sendo livre nesta nação. Isso é constitucional, é direito constitucional o cidadão se manifestar. O que passa do limite é o que estamos buscando aqui, presidente. Estamos buscando criminalizar aqueles que excederam o seu direito democrático. Não vamos aceitar imputar crime a todos. É por isso que ouvimos esses homens que vêm aqui. Tenho convicção de que um homem à altura e à estatura desse general que está sentado à minha esquerda não vai chegar aqui mentindo. Não creio nisso. Não creio que um homem desse, tal como o general Heleno, ia planejar um golpe.

Então, vamos mudar a narrativa, senão não vamos chegar à verdade que vai buscar e penalizar quem errou, mas não podemos... O general acabou de testemunhar, no seu depoimento, a favor do coronel Naime, da pessoa que ele é. O senhor falou isso ainda há pouco, o general Heleno falou e outros tantos falaram também. E esse homem ainda continua preso, sendo que há medidas cautelares que podem ser tomadas. Há homens e mulheres presos ainda. Estamos falando de justiça.

Presidente, a maior justiça desta CPI, no final, é a de V.Exa. e do Relator. Claro que nós vamos assinar o relatório também. Então, buscamos a verdade. Não estou mostrando imagens para atacar a esquerda. Pelo amor de Deus, não entendam isso nossos deputados, amigos da esquerda. Não é isso. Só estou mostrando que outrora a esquerda fez isso também, não no dia 8, mas no ano de 2009. V.Exa. sabe disso, V.Exa. era do sindicato dos vigilantes e outros aqui participaram de tantos sindicatos. Agora vamos tirar do povo o direito à manifestação? Lembrem-se: hoje o presidente é o Lula, mas amanhã não será. No máximo, ele terá 8 anos. Se ele participar do processo eleitoral de 2026 e for reeleito, ele terá, no máximo, 8 anos, mas depois ele sairá. Pode ser que venha a direita outra vez, e vocês vão para as ruas se manifestar. O que vocês plantarem hoje vão colher amanhã. Saibam que existe a lei da semeadura: aquele que planta, colhe; quem planta vento colhe tempestade. Não puna inocentes! Eu respeito o direito de todos! Aqui não há distinção, são 24 deputados. Todos são iguais, todos têm o mesmo direito, os mesmos deveres e precisam ser respeitados como iguais.

Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, na condição de suplente, por 15 minutos, o deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Bom dia, deputado Chico Vigilante. Bom dia, general Gonçalves Dias. Bom dia, doutor André Luís.

Talvez eu me ressinta dos 10 minutos que a presença do deputado Joaquim Roriz Neto aqui hoje me retirou, porque eu gostaria muito de estar na qualidade de titular hoje. Mas as perguntas que ele fez ao general foram muito importantes, as respostas foram importantes, as não respostas foram importantes também.

Eu vou tentar usar esses minutos que tenho para tentar esclarecer alguns fatos porque, às vezes, quando a gente chega aqui na CPI às quintas-feiras, a sensação que a gente tem é a de que está inserida em uma distopia orwelliana. Ficam tentando provar para a gente o tempo inteiro que 2 mais 2 é igual a 5. E, enquanto não sair da nossa boca que 2 mais 2 é igual a 5, o pessoal não se satisfaz.

Então, na cadeira onde está V.Sa. hoje, general, sentaram-se algumas pessoas que foram inquiridas sobre os atos do dia 12, do dia 8 e muito mais do que isso, foram tachadas como se tivessem cometido alguma ilicitude, porque posaram para uma fotografia com uma faixa atrás escrito: Fora Lula! E, enquanto não confessaram os seus pecados de, eventualmente, desconfiar do processo eleitoral de 2022 e enquanto não reconheceram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como o seu próprio presidente, não puderam sair.

As perguntas foram feitas à exaustão: "Você reconhece o presidente Lula?", "Você reconhece o presidente Lula?", "Você reconhece o presidente Lula?". E, enquanto não saiu a resposta, a pessoa não podia sair daí. E aí, quando passa um vídeo de um outro pessoal, esses de esquerda, que invadiram a Câmara, tem que tirar o vídeo. "Ah, não, isso aí não tem nada a ver."

Mas quando se referem ao acampamento na frente do quartel-general, que a Polícia Militar do Distrito Federal e o Exército Brasileiro, o Exército de Caxias, na pessoa do general Dutra quando esteve aqui, falaram que o acampamento estava desmobilizado. Tanto a polícia quanto o Exército falaram isso. O acampamento no dia 6 de janeiro estava desmobilizado. E a gente fica aqui: "O acampamento isso, o acampamento aquilo, o acampamento não sei o quê".

Ora, se o acampamento estava desmobilizado, ele não tem nada a ver com o dia 8. E nenhuma das perguntas relacionadas ao acampamento poderiam sequer ser deferidas. Mas 2 mais 2 têm que dar 5. Senão, a gente não fica satisfeito aqui. É mais do que um exercício de racionalidade, muitas vezes, é um exercício de paciência. Eu imagino quem a nós assiste pelo YouTube, pela televisão.

Eu imagino quem a nós assiste, com perdão a V.Sa., você pode abrir, deputado Joaquim Roriz Neto? Tem aspas aqui no Metrópoles, de V.Sa., general Gonçalves Dias, dizendo que: "Esse procedimento do major José Eduardo Natale está sendo ouvido em um processo de sindicância que eu mandei instaurar". As aspas são do senhor. Está no jornal *Metrópoles*, de que o senhor acabou de falar. Aí o deputado Joaquim Roriz Neto perguntou para o senhor: "O senhor instaurou o processo?" O senhor respondeu: "Não". Então, há aspas do senhor antes, aspas do senhor depois – se contradizendo.

É claro, a gente comete erros, comete equívocos e às vezes nem entendeu direito a pergunta para poder responder. Mas a sensação que isso nos transmite é muito ruim, também é muito ruim saber que outras pessoas que se sentaram na cadeira em que V.Exa. esta hoje sentado aí hoje não tiveram a defesa quando colocados diante de situações que não eram boas para elas, de perguntas que não eram confortáveis para elas. General, V.Exa. falou: "A política entra por uma porta nas Forças Armadas, e a hierarquia, a disciplina e o respeito à cadeia de comando saem pela outra". Com todo o respeito, V.Sa. era conhecido como o general do Lula quando ainda estava na ativa. Um dos deputados que me antecedeu falou aqui durante 4 minutos sobre uma tentativa de golpe. Ao começar a respondê-lo, o senhor falou que concordava com o preâmbulo que ele tinha feito.

O acampamento estava desmobilizado, e o próprio Exército falou isso. As informações que supostamente chegaram ao celular de V.Sa. pelo WhatsApp, chegaram a todos os órgãos.

O ministro da justiça, Flávio Dino, oficiou ao Governo do Distrito Federal a respeito da possibilidade de atos violentos acontecerem em Brasília no dia 8 de janeiro. Era sabido.

General, o senhor falou – não sei qual é o termo técnico, se eu errar perdoe-me – sobre a retirada do pelotão que estava lá no Palácio do Planalto para que eles ficassem de prontidão no QG. E ouvimos aqui deputados se corrigindo porque, primeiro, chamaram o pessoal de manifestante, mas depois lembraram: "Ah não, manifestante não, eu tenho que chamar é de terrorista". E aí V.Sa. diz aqui para todos nós aqui e para o Brasil que está a nós assistindo que teve um sentimento, uma inquietação, uma angústia, pegou o seu carro e foi até o Palácio do Planalto enfrentar os terroristas de peito aberto. Os terroristas.

Ou seja, o pelotão que estava lá foi para o quartel-general. E, para enfrentar os supostos terroristas, a gente deve acreditar que foi o general apenas. Aí V.Sa. apareceu nos vídeos – o deputado Pastor Daniel de Castro mostrou aqui o vídeo do presidente Lula dizendo que não tinha. O deputado Lindbergh... A edição ficou até boa, porque parecia um diálogo entre eles. Aí o presidente Lula decretou sigilo aos vídeos. Os vídeos não podem aparecer. Alguém vazou os vídeos, e eles apareceram na televisão. Depois da divulgação dos vídeos, V.Sa. retirou-se do cargo de ministro do GSI. É uma pena que neste momento da história do Brasil a gente esteja meio que proibido de pensar. Porque, se o povo brasileiro estivesse liberado para pensar, expor suas ideias livremente, talvez a teoria que foi ridicularizada aqui – não sei falar inglês, mas é *false flag* – fosse levada a sério, porque são tantas coincidências na cronologia dos fatos que não seria errado alguém pensar assim: o grupo político que se beneficiou produziu os atos. Mas não podemos pensar. O brasileiro está proibido de pensar.

O tempo passa e surge a notícia de que o Gabinete de Segurança Institucional enviou, no dia 20 de janeiro, a cópia do relatório de informes da Abin ao Congresso Nacional, em especial, à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso. Neste relatório que foi enviado, nessa cópia do relatório, não estavam as mensagens a que outros deputados se referiram aqui antes de mim. Só lembrando que, no dia 20 de janeiro, V.Sa. ainda era o ministro do GSI. Tempos depois, já sob o comando do general Marcos Antônio Amaro dos Santos, o GSI, no dia 8 de maio, envia novamente a cópia dos relatórios, mas agora constam, da cópia dos relatórios, as mensagens que foram enviadas ao WhatsApp de V.Sa. O GSI justifica como sendo um erro material. Eu não duvido que tenha sido um erro material. Eu não duvido que tenha sido um erro material, mas há muitas pessoas que têm o direito de duvidar e de pensar: "Será que foi mesmo?" Pelo simples fato de que o primeiro relatório foi enviado quando V.Sa. ainda ocupava o cargo; e o segundo, quando V.Sa. não ocupava mais. O primeiro omitiu as mensagens, e o segundo não. Pode ter sido um erro material? Pode. Pode ter sido um erro material, mas não pode ser ceifado de nós o direito de pensar e de adotar qualquer linha de investigação que seja possível, entre elas, a teoria da bandeira falsa, que o deputado Joaquim Roriz Neto levantou aqui.

Ouvimos muito falar nessa tentativa de golpe, golpe com estilingue. Olha, eu custo a acreditar que alguém vá tentar dar um golpe de Estado e tenha como objeto de demonstração da sua força estilingues, paus e pedras. É uma tentativa de golpe de pessoas que são taxadas de terroristas. Eles queriam tomar o poder, entre aspas.

Quem não se lembra de José Dirceu dizendo que eles iam voltar ao poder, mas não vencendo eleições? Eles iam tomar o poder. José Dirceu é um dos grandes líderes do movimento que escravizou a América Latina com o socialismo, o Foro de São Paulo, que agora vai fazer reunião aqui em Brasília. Quem não se lembra dele falando isso? Quem não se lembra de outras pessoas pertencentes ao mesmo movimento político – se é que se pode chamar de movimento político – falando que eleição não se ganha, que o poder vai ser tomado. São estes mesmos que, agora, querem imputar à direita um movimento dito de tomada de poder. Não é verdade! Simples desse jeito. Não é verdade.

O deputado Chico Vigilante, presidente desta CPI, fez uma pergunta de relevância fundamental para que nós esclareçamos esses acontecimentos todos. E aqui eu vou repetir o que eu já falei 1 milhão de vezes. Toda quinta-feira, eu falo isto aqui: "Quem cometeu crime tem que ser punido. Não importa quem seja. É vândalo, depredou, quebrou, danificou o patrimônio público? Responda!"

Não estamos defendendo aqui quem cometeu crime. A pergunta é: a quem interessava o que aconteceu? Porque, ao responder a quem interessava o que aconteceu, muitas pessoas têm o direito de chegar à conclusão de que as digitais do movimento político que se

beneficiou com o que aconteceu estão no acontecido. Isso não pode ser descartado. Isso não pode ser descartado.

Seria um erro da nossa parte acreditar que simplesmente as pessoas vieram para Brasília quando o acampamento já estava desmobilizado, quando o presidente já não era o antecessor, Bolsonaro, o suposto líder daqueles que quebraram tudo. Ele já viajou e já foi embora para os Estados Unidos desde o dia 30 de dezembro. E, aí, essas pessoas resolvem pensar assim: "Agora vai dar certo! Agora que o presidente Bolsonaro não é mais presidente, agora que ele foi para os Estados Unidos, agora que o Lula é presidente, que o novo ministro do GSI é do governo Lula, que os ministros são do Lula, agora vamos com os nossos estilingues tomar o poder!" Meu Jesus, um movimento de tomada do poder.

Então, a pergunta que tem que ser feita, efetivamente, é a pergunta que o deputado Chico Vigilante fez, que o deputado Joaquim Roriz Neto fez, que eu já fiz, que a deputada Paula Belmonte fez, que o deputado Pastor Daniel de Castro fez: "A quem interessava? Quem deixou as suas marcas, as suas digitais para se beneficiar com o que aconteceu?" Porque eu sei quem foi prejudicado. Prejudicada foi a direita brasileira. Agora, bolsonarismo não é um movimento político. A mídia e grande parte dos políticos de esquerda tratam o bolsonarismo como um tipo penal tácito, inexistente de maneira escrita. Quando você rotula alguém de bolsonarista, é como se você estivesse falando assim: é criminoso. No imaginário da população, é assim: é terrorista, é genocida, é isso, é aquilo.

É mentira! Essa narrativa é mentirosa, porque o movimento político que foi prejudicado com o dia 8 é o movimento político de direita. É uma direita que nasceu e que não vai retroceder, não vai deixar de existir, não vai deixar de existir. Continuaremos em busca da verdade. Continuaremos a expor os nossos princípios e valores.

Quero encerrar dizendo que Bolsonaro só se tornou Bolsonaro porque ele teve coragem de externar, verbalizar o sentimento, os princípios, os valores de dezenas de milhões de brasileiros. Dezenas de milhões de brasileiros olham para o presidente Bolsonaro e falam assim: "Esse cara representa os princípios e os valores que acredito". Ele pode ser tornado inelegível hoje. Porque os valores que ele representa não vão morrer, os princípios que ele representa não vão morrer. Não vamos abrir mão de sermos quem nós somos.

A pergunta que tem que ser respondida é: "A quem interessava? Qual grupo político se beneficiou e qual grupo político foi prejudicado?" Eu sei. A esquerda foi beneficiada pelos atos do dia 8 de janeiro. Agora, tudo o que a direita faz é criminalizado por causa do dia 8. A direita foi prejudicada. É com isso que encerro, pedindo perdão pela ênfase excessiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O general tem que dar um pulinho ali. É coisa de 2 minutos, 3 minutos. O senhor está autorizado a ir.

Deputado Gabriel Magno, daqui a pouco, será V.Exa. que falará. V.Exa. havia pedido para colocar um vídeo aqui. Eu olhei o vídeo – e não é censura prévia, não –, mas ele não tem nada a ver com a CPI. Portanto, não será passado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, durante a fala do deputado Joaquim Roriz Neto, eu não consegui conter o sorriso e gostaria de pedir desculpas. Eu pedi desculpas a ele. Ele fala num tom de voz que eu não consigo deixar de achar engraçado. Porque o momento é tenso, o momento é de nervos à flor da pele, mas ele fala numa tranquilidade, num tom de voz sempre tranquilo que eu acabei sorrindo algumas vezes durante a fala dele. Eu pedi desculpas a ele, gostaria de pedir desculpas a V.Exa. também e a quem assiste a nós, porque não pude conter o sorriso. Mas a forma como ele fala acabou fazendo com que eu sorrisse. Peço perdão a V.Exa., peço perdão ao general Gonçalves Dias também e aos integrantes desta comissão.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, por 15 minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente deputado Chico Vigilante.

Deputado Chico Vigilante, eu já fiz isso várias vezes e faço novamente agora

publicamente. Quero parabenizá-lo pela brilhante condução desta CPI. Nós temos escutado aqui vários depoentes, e a sua condução permite que demos respostas importantes e indaguemos os depoentes para tentar chegar àquilo que nós queremos, que é a verdade do ocorrido no dia 8 de janeiro e no dia 12 de dezembro.

Quero saudar e cumprimentar o general Gonçalves Dias. É muito importante a sua presença aqui hoje. O seu depoimento é muito consistente com falas que, na minha opinião, reforçam uma posição importante e nítida nesse processo, general.

Quero começar por isso porque algumas teses apresentadas nesta CPI e também na CPMI do Congresso Nacional me parecem ao menos estapafúrdias. Elas chegam a questionar que a tentativa de um golpe de Estado, como ocorreu no dia 8 de janeiro, interessava a quem estava no poder no dia 8 de janeiro. O autogolpe! Nós estamos inventando uma nova dimensão de tentativa de golpe de Estado. E tentam desvirtuar, general, alguns fatos e definições que são muito graves também para a democracia.

O deputado que me antecedeu apresentou uma foto em que eu estava presente, quando da ocupação da Câmara Legislativa em 2009. Eu quero fazer esse parêntese. Eu ia mostrar outra foto, mas não vou mostrar entendendo que não faz parte do objeto desta CPI. Mas, o que aconteceu em 2009 e em várias outras manifestações na história deste país são manifestações democráticas por direitos. Protestos democráticos por direitos e manifestações não são crimes. Fazer oposição a governos também não é crime. O que é crime é tentativa de golpe de Estado, como o que nós vimos. Nós mostramos aqui várias vezes áudios, vídeos e imagens daqueles que estavam no acampamento em frente ao quartel-general e, no dia 8, pedindo intervenção militar. Para mim, intervenção militar é tentativa de golpe de Estado por não reconhecer o resultado das eleições.

Se me permite, presidente, eu tenho muito orgulho de ter participado daquele ato em 2009, que não só foi a ocupação desta casa – que não funcionava aqui, ainda, neste prédio, era no final da Asa Norte –, mas houve outras séries de manifestações, inclusive com reação muito desproporcional da Polícia Militar. Essa era a foto que eu queria mostrar, da cavalaria prendendo os manifestantes e batendo neles, naquele ano.

Em 2009, aconteceu o maior escândalo de corrupção da história desta cidade, com o governador preso, condenado – condenado! E, mais uma vez, condenado e, agora, tornado inelegível: o governador Arruda.

Não sei se o deputado se esqueceu, mas há imagens, inclusive, de pastores rezando, agradecendo a Deus por dinheiro de propina, de desvio de recurso público. Foi isso que aconteceu em 2009.

Tenho muito orgulho de ter feito parte daquele movimento, porque foi um movimento para pressionar o Poder Legislativo, legitimamente, que abriu e instaurou, nesta casa, um processo de *impeachment* contra o ex-governador. Esse é o papel do movimento social democrático neste país.

Eu gostaria de fazer esses esclarecimentos para dizer, general Gonçalves Dias, que, na nossa opinião, o que aconteceu no dia 8 não foi um fato isolado. O dia 8 é resultado de um processo que se iniciou muito cedo, bem antes das eleições, com várias declarações, inclusive do ex-presidente da República, insultando o sistema judiciário brasileiro, insultando o sistema eleitoral brasileiro, dizendo que as urnas não eram confiáveis. Foram várias declarações, inclusive uma que eu gostaria de mostrar, mas não vou mostrar, dizendo que deveria "metralhar a petezada".

Depois do resultado das eleições do dia 30 de outubro, quando o povo brasileiro foi às urnas e elegeu o presidente Lula, democraticamente, com um sistema eleitoral confiável e elogiado no mundo inteiro, esse processo se agravou. Foi a primeira vez na história da República, pós-ditadura militar neste país, que um presidente não reconhece o resultado das urnas publicamente. Isto, por si só, é muito grave. O ex-presidente da República não fez nenhuma manifestação pública reconhecendo o resultado das urnas, o que culminou com os acampamentos em frente aos quartéis-generais no Brasil inteiro, e, também, aqui no Distrito Federal.

O senhor disse e vários outros disseram que esses acampamentos foram embriões do que aconteceu no dia 8 de janeiro. Aqui, o coronel Naime, que esteve sentado onde o senhor está, chegou a dizer – e eu sempre trago essa memória, ele vai voltar aqui, o coronel Naime – que os acampamentos em frente ao quartel-general foram células incubadoras de terroristas. Quem chama aqueles que estavam no dia 8 de terroristas não sou só eu ou o senhor, em seu depoimento, como o deputado tentou dizer, mas, também, o próprio presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Abro aspas para o ministro Alexandre de Moraes, no dia 1º de fevereiro deste ano: "Desprezíveis ataques terroristas à democracia, às instituições republicanas serão responsabilizados". Na investigação que corre no inquérito do Supremo Tribunal Federal sob segredo de justiça.

Aliás, alguns parlamentares aqui, general Gonçalves Dias, resolveram defender os direitos humanos. Muito bom. Gostaria de me somar e estender essa defesa a todos, porque questionam por que alguns estão presos. De acordo com o CNJ, no Brasil, hoje, nós temos mais de 400 mil pessoas presas sem condenação. Gostaria que esses deputados também se somassem ao que nós já fazemos há muitos anos: a liberdade imediata de todos os presos neste país sem condenação, sem trânsito em julgado. E não só aqueles que estavam presentes no dia 8 de janeiro. Aliás, me espanta, às vezes, muitas informações sobre a defesa da soltura do coronel Naime. Se eles têm alguma informação que nós desconhecemos... Eu pergunto aqui para os meus colegas, deputados, não para o senhor, agora, general Gonçalves Dias: "Se eles têm essas informações, que tragam para essa CPI".

Mas eu quero entrar em alguns questionamentos, general. O senhor disse que não pode afirmar que houve sabotagem ao senhor. E eu entendo a sua posição. E eu parto, e tenho uma tese de que um setor das Forças Armadas brasileiras, infelizmente, foi cooptado por esse processo que eu acabei de escrever, que tinha como liderança maior o ex-presidente da República, inclusive. Faço essa questão, general, para fazer uma pergunta: na composição do GSI o senhor sofreu alguma pressão política por parte das Forças Armadas sobre a composição, a manutenção de algum cargo ou a composição naquela primeira semana?

(Pausa.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok*, deu para entender que foi "não". Acho que o presidente precisa liberar o seu microfone.

Digo isso, também, general, porque aqui o senhor foi questionado por ter mantido o secretário-executivo, mas esses que questionam e o acusam talvez pelo erro de o senhor de ter mantido o secretário-executivo esquecem de dizer que a nomeação, sim, política, do Secretário de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal foi feita pelo Governador Ibaneis – o Anderson Torres foi ministro de justiça do ex-presidente da República. E, como o senhor disse, uma operação policial, uma operação de inteligência de segurança, tem cadeia de comando. E é o efeito dominó. Se o início da cadeia dá errado tende a ter problemas, e o início da cadeia de comando que deu errado foi o não cumprimento do PAI, como o senhor relatou. A gente tem acesso a ele, e outros coronéis aqui tiveram presentes também: faltou a barreira na altura da rodoviária. Não era para os terroristas terem chegado na Praça dos Três Poderes. E aí nós temos problema.

E gostaria, general, de mais uma questão. Agora, de manhã, está correndo também, a CPMI no Congresso Nacional. Houve um depoimento do perito da Polícia Civil, o senhor Renato Carrijo, que disse que a bomba encontrada no aeroporto de Brasília era para um atentado terrorista – explodir uma bomba no aeroporto internacional de Brasília, a capital da República! – e que aquela bomba era feita de material de uso restrito e controlado pelo Exército.

É por isso que reforço a minha tese de que, infelizmente... O senhor demonstrou aqui todo o respeito às Forças Armadas, a confiança no caráter inclusive republicano do governo Lula, na montagem... tanto na transição, mas no início do governo. Eu afirmo, general, que os fatos infelizmente vão mostrar que não só o senhor, mas o povo brasileiro, o país, o Brasil, foram sabotados por uma parte das Forças Armadas e do Exército brasileiro, o que essa CPI também tem o papel de investigar.

Quero fazer mais uma pergunta sobre os acampamentos. Tentam aqui desvincular

uma coisa da outra, mas essa CPI também investiga os atos do dia 12 de dezembro. Não sei se o senhor se recorda, no dia 12 de dezembro, ocorreu a diplomação do presidente Lula, e a capital do país foi transformada em uma praça de guerra – queimaram ônibus, tentaram invadir o prédio da Polícia Federal. E vários depoimentos mostram que a organização daqueles atos criminosos também partiu e teve origem no acampamento. Por isso, os acampamentos são tão importantes.

O general Dutra, general Gonçalves Dias, nesta CPI, afirmou que não poderia desocupar os acampamentos, em frente ao quartel-general, sem uma ordem judicial. Só poderia fazer a desocupação e a desmobilização do acampamento com ordem judicial. O senhor disse aqui que os acampamentos não eram nem para ter sido permitidos. Na gestão do senhor à frente do GSI do presidente Lula, os acampamentos foram desmobilizados e desmontados.

A minha pergunta para o senhor é: o Exército poderia desocupar e retirar os acampamentos que ficaram, do dia 31 de outubro até o dia 8 de janeiro articulando, coordenando e, ali presente, também havia planejamento da tentativa de golpe de Estado? O Exército brasileiro poderia ter feito e deveria ter feito isso no ano passado, ao terem sido instalados os acampamentos, e, logo após o dia 12, e a tentativa de um atentado terrorista com a explosão de uma bomba, no dia 24 de dezembro?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, muito obrigado pela sua pergunta. Agradeço também a sua exposição, que foi muito elucidativa. Cada caso é um caso. Tem áreas em que o senhor poderia fazer isso, porque são áreas sob jurisdição das Forças Armadas, e tem áreas que não. Então, cada caso é um caso. Se tivesse, ao meu ver, se tivesse áreas sob jurisdição das Forças Armadas, deveriam ter sido retirados.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Aquele espaço, general, em frente ao quartel-general, aqui no Setor Militar Urbano, é um espaço que, por exemplo, está sob jurisdição das Forças Armadas, de onde o acampamento poderia ter sido retirado sem decisão judicial?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não tenho análise exatamente daquele local. Eu assisti à exposição do general Dutra, mas eu não fui a fundo nela para verificar se aquela área está sob jurisdição militar ou não. Se era área do Exército, não é? Porque jurisdição militar... A CGU passa para o Exército e diz assim: "Essa área aqui é sua, você toma conta dela, faz o que você quiser com ela". Então, é área, na realidade, sob a posse nossa, mas a palavra é "jurisdição militar". E quem faz isso é a CGU.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, general. Eu agradeço o depoimento e o seu respeito por esta casa, o que, infelizmente, não foi demonstrado pelo seu colega general Augus...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Gabriel Magno. Concedo a palavra, por até 15 minutos, à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Boa tarde! Que Deus nos abençoe e abençoe a sua família, general. Quero registrar que o senhor trouxe um depoimento que me deixou um pouco confusa. Há algumas coisas que eu gostaria que o senhor explicasse rapidamente. Eu sei que o senhor já falou.

Eu quero pedir, antes de iniciar as minhas perguntas, que o senhor não se sinta, de nenhuma maneira, ofendido se eu o interromper, porque, como foi dito aqui, nós temos um tempo menor, e eu gostaria de esclarecer isso, para que pudéssemos criar uma linha de raciocínio.

A primeira coisa que o senhor traz é a respeito do Estado democrático de direito. Logo na sua explanação inicial, o senhor diz que é um defensor do Estado democrático de direito. O senhor pode falar rapidamente o que o senhor entende por isso?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor pode repetir, para ficar gravado?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É um Estado em que todo mundo tem os seus direitos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Na sequência, o senhor falou que o Estado democrático de direito é a oportunidade inclusive de nós "retrucarmos" – o senhor falou essa palavra. Então, nós estamos aqui falando de um cidadão, que é um general, que defende a livre manifestação. É isso?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quero falar de outra coisa. Por que o senhor – que defende, ou pelo menos fala que defende, o Estado democrático de direito, a livre manifestação e inclusive a liberdade do contraditório –, todas as vezes que os parlamentares falaram de golpistas, falaram a respeito, vamos dizer assim, da insatisfação com esse governo que foi eleito, continuou dizendo que os manifestantes eram golpistas? O senhor acha que a livre manifestação, que o acampamento, estava invadindo o Estado democrático de direito?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputada, eu realmente não analisei essa pergunta.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor acabou de me falar a respeito do Estado.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E o senhor acha que a livre manifestação de quem está falando que não está satisfeito com uma eleição, estando em um acampamento, é uma ofensa ao Estado democrático de direito? (Pausa.) Está passando o meu tempo, e eu gostaria que o senhor respondesse. (Pausa.)

Bom, estou com uma certa dificuldade de ouvir do general, que era comandante do GSI, o que realmente ele defende. O senhor acabou de dizer que defende o Estado democrático de direito, mas, quando fala de manifestação, o senhor diz que essas pessoas são terroristas. Mas vamos seguir em frente.

A outra questão que eu gostaria que o senhor esclarecesse para mim – não só para mim, mas para toda a população que está nos escutando, porque isso não faz parte do nosso dia a dia – é sobre a responsabilidade do GSI. O GSI tem 4 secretarias. Uma delas é a responsabilidade da segurança pessoal, dos familiares do presidente da República, do presidente da República e do vice-presidente. Quais são as outras secretarias?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deixa eu olhar, aqui, que, às vezes, eu erro o nome, por favor, desculpe.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, vamos lá, para que a gente não perca tempo: a secretaria nuclear – que o senhor trouxe –, a secretaria que cuida das terras estratégicas, a secretaria de aviação... O senhor disse que o GSI mudou ao longo do tempo, isso daqui foi mudado ao longo desses últimos 4 anos, ou, quando o senhor estava responsável por esses 2 anos, nos 8 anos do governo Lula, já era desse jeito?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Quando eu assumi o departamento de segurança, em 2003, a concepção do Gabinete de Segurança Institucional era outra. Eu não sei, na realidade, quando mudou. Quando eu cheguei, estava mudado. Você tem a Secretaria de Coordenação de Sistemas, que cuida da área nuclear e da área espacial; você tem a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, que cuida do conselho, na realidade, de defesa e de segurança nacional e da câmara de relações exteriores; você tem a Secretaria de Segurança da Informação e Segurança Cibernética; e você tem a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial. São essas 4 secretarias mais o Departamento de Gestão, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor falou várias vezes que o GSI não foi ao PAI. O senhor deixou claro também que, provavelmente, alguém que era do antigo comando recebeu o convite, mas não o repassou para o novo comandante, que era o senhor, o ministro. E, aí, realmente, não há no PAI a presença do GSI, mas nós temos a presença do Ministério da Justiça, representado pela Polícia Federal. Qual é a ligação do GSI com o ministro da justiça? Qual a ligação do GSI com a Polícia Federal?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O GSI não tem nenhum protocolo de ligação com a Polícia Federal nem com o Ministério da Justiça.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Nenhum?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, os órgãos do governo não conversam entre si? Não trocam informações? Eu estou perguntando isso por quê? Porque nós temos, principalmente, a presença do Ministério da Justiça, e nós temos aqui uma correspondência do ministro Flávio Dino. Para nós, é uma surpresa, inclusive, o senhor, como ministro do GSI, não ter tido acesso a isso.

Primeiro, há um documento de um senhor chamado Andrei Augusto Passos – que é o delegado da Polícia Federal, diretor-geral – endereçado ao governador Ibaneis e a outras instituições, dizendo da necessidade de aumento de segurança, naquele momento, dia 8. O senhor disse, algumas vezes aqui que não houve nenhuma comunicação, inclusive do governo federal. Não foi isso que o senhor disse?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Eu não tenho conhecimento dessa documentação que a senhora está falando.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu passo depois para o senhor a cópia.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Essa documentação está inclusive no SEI. Então, o que percebemos é que houve uma sabotagem e, aqui, estou abrindo uma linha de investigação: uma sabotagem do ministro da justiça, Flávio Dino, ao próprio GSI, ao próprio GSI! E me surpreende alguns parlamentares ainda quererem entregar o título de cidadão honorário a esse ministro. Um ministro debochado, um ministro que não tem responsabilidade. E vou dizer mais. Ele queria tomar o GSI da segurança, que é o nosso Exército, porque ele queria entregar isso para a Polícia Federal.

Eu peço ao relator que siga esta linha de raciocínio: uma emboscada do próprio ministro debochado Flávio Dino.

Eu peço a gentileza aqui...

A Guarda Nacional é responsabilidade de quem, general? A Guarda Nacional ou a Força Nacional é responsabilidade de quem?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ministério da Justiça.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Vamos ver o primeiro vídeo, que eu tenho aqui, para mostrar a sabotagem.

(Apresentação de vídeo simultânea à fala da oradora.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Se puder aumentar o volume, eu agradeço.

O que está acontecendo aí é a Força Nacional – que é subordinada ao ministro Flávio Dino – se retirando da manifestação, facilitando, como foi dito aqui pelo coronel Naime, a entrada no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e no STF.

Nós estamos abrindo uma outra linha de raciocínio, relator, que é a da própria sabotagem, porque havia interesse nas secretarias do GSI. É muito sério o que está acontecendo aqui: a sabotagem do Estado democrático de direito; e, muito mais do que isso, a sabotagem da nossa riqueza brasileira.

Isso é feito, infelizmente, por mais que o senhor não concorde – e eu respeito porque defendo o Estado democrático de direito –, por um governo que é, sim, de um ex-condenado em 3 estâncias, que roubou, sim, o nosso país.

Mais uma vez, quero mostrar um vídeo do que aconteceu no Palácio do Planalto.

O segundo vídeo, por favor.

(Apresentação de vídeo simultânea à fala da oradora.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mais uma vez... Eu já estive aí nesse lugar. É exatamente a entrada para o gabinete do presidente da República. Olhem só a fantasia, a cenografia que está acontecendo. Cadê os policiais? Eles checam até as imagens, eles fazem os vídeos.

Esta CPI, general, com essas imagens, se recusa a chamar esse senhor que porta máquina fotográfica chamado Adriano Machado. Eu espero que a CPMI consiga...

Olhem lá: eles vão checar ainda as filmagens. É isso. Estamos aqui brincando com a nossa população brasileira.

A defesa do Estado democrático de direito é a defesa da manifestação, a defesa do contraditório – com respeito. Agora, o que está sendo colocado ali, além de estarem querendo tirar a defesa do nosso Estado democrático de direito, é que estão querendo roubar, mais uma vez, o Brasil. Isso orquestrado por um ministro do presidente do Lula, o Flávio Dino.

Por isso, digo a esta CPI que hoje é um dia histórico também, pois aprovamos o requerimento para que esse senhor que queria tomar o GSI, que colocou um interventor...

E, como o senhor disse e o general Heleno disse, ele não conhece nada do GSI. Ele não conhece nada, e ele chegou no GSI falando que aquilo estava uma desorganização. Nós precisamos entender que o GSI precisa, sim, ser preservado, porque ele não é simplesmente a segurança do presidente, ele é muito mais do que isso. Ele é a segurança do nosso Estado democrático de direito.

General, o respeito, a consideração pela instituição que o senhor representa, nós temos que ter de todos os brasileiros. O que nós não podemos aqui, de maneira nenhuma, é politizar. Eu particularmente tenho um pensamento muito diferente do senhor, politicamente. Por mais que o senhor fale que não está na política, o senhor é um defensor do presidente Lula. O senhor disse algumas vezes aqui para todos nós que é um defensor do presidente Lula.

Mas eu quero dizer ao senhor o seguinte: Eu sou uma mulher; não me sinto uma mulher – eu sou uma mulher, eu tenho útero. Eu sou uma mulher cristã, eu sou uma mulher casada, eu sou uma mãe de 6 filhos. Eu também defendo as minorias. Eu acho que essas minorias têm que se tornar a união de todos nós. Eu também defendo as diferenças, eu também defendo acabarmos com as desigualdades sociais.

Sabe do que precisamos para conseguir acabar com a desigualdade social? Acabar com a hipocrisia e, principalmente, com a corrupção. A corrupção mata. Ela mata sonho, ela mata realidade, ela mata as pessoas nos hospitais. E o que vemos na classe política que foi eleita – e temos quer respeitar, a população –, é a hipocrisia. Nós precisamos defender o nosso Brasil.

Que Deus abençoe o senhor, abençoe as nossas famílias. Que possamos, realmente, defender o Estado democrático de direito.

Muito grata, senhor presidente.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputada, muito obrigado pelas suas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por 15 minutos, o deputado Max Maciel, na condição de suplente.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente desta comissão, deputado Chico Vigilante, muito obrigado. General Gonçalves Dias, boa tarde.

General, o senhor quer 3 minutos para comentar sobre algo que o senhor vivenciou aqui hoje, algo que o senhor queria falar e não falou ou que escutou, e não teve oportunidade de responder?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado por esta oportunidade, mas, realmente, eu agradeço.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sei que está todo mundo cansado, mas é importante, porque foi muita coisa, e, às vezes, não dá tempo de esclarecer outros detalhes.

General, antes de assumir o GSI, qual era a ocupação do senhor? O que o senhor fazia antes de ser nomeado novamente ao GSI?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, no final de 2013, eu fui para a reserva porque atingi a idade limite no posto. A partir daí, eu fui trabalhar no Conselho Nacional do Sesi. Fui fazer o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Sesi. Após isso, eu fui gerenciar um projeto estratégico no Exército de compra de aeronave de asa fixa nos Estados Unidos.

DEPUTADO MAX MACIEL – Então, o senhor, após a eleição do presidente Lula, foi convidado novamente a compor, em tese, a transição, com potencialidade de assumir o GSI. Certo?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não. Não, deputado. Aí eu montei um escritório de consultoria. No meio do ano passado, eu fui convidado pelo presidente, na pré-campanha, para fazer, para realizar a segurança dele. Foi pré-campanha e campanha. Pós-campanha, eu retornei aos trabalhos, no meu escritório, aqui em Brasília. Aí, eu fui chamado para a transição. O presidente me pediu novamente para ser um gestor de segurança, tendo em vista a posse. Aí, comecei a trabalhar também na época de transição. Quando, praticamente, estava no finalzinho da transição, eu fui convidado para assumir o ministério.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, general. Isso é importante. Só para as pessoas entenderem que o senhor, pós 2013, seguiu uma vida civil, do ponto de vista legal: empreendeu, ocupou outros cargos, não estava necessariamente na condução permanente da segurança do presidente Lula ou na gestão de como deveria ser a segurança e a organização política de um futuro governo.

De acordo com a sua experiência, general, qual é o protocolo do GSI – porque o senhor já ocupou esse cargo outrora, mesmo que em outra conjuntura de tamanho e espaço – o que mudou daquela outra vez que o senhor ocupou o cargo para esse momento, mesmo que curto? Houve ou não mudança de protocolo? Ou o GSI sempre teve um protocolo único de como se comportar em alguma insurreição, em alguma insurgência popular ou em alguma interferência no Palácio do Planalto?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O protocolo que há, quando há manifestação, é a ativação do Plano de Operações Escudo do Planalto. Esse protocolo, praticamente, continuou, logicamente, com algumas modificações.

DEPUTADO MAX MACIEL – Só para explicarmos para as pessoas que estão acompanhando a CPI pela TV, o que seria o Protocolo Escudo: há uma linha à frente, o BPG logo em seguida e, depois, o Choque. Correto, general?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Protocolo Operacional de Escudo do Planalto aborda os aspectos operacionais e administrativos, para o caso de invasão e depredação do Planalto.

DEPUTADO MAX MACIEL – Isso é por 24 horas interruptamente, sem nenhuma perspectiva de inteligência de que pode ocorrer ou não. Isso é prontidão permanente. Correto?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele, na realidade, tem tropa de prontidão permanente. Você aumenta ou diminui o efetivo dessa tropa – isso está escrito no conceito da operação. Você diminui ou aumenta o efetivo dessa tropa, de acordo com o cálculo de criticidade do movimento reivindicatório. Então, isso tem que ser analisado. Hoje ele faz parte do contexto de segurança de toda a Esplanada. Foi um acordo que foi feito com o próprio GDF, em 2017, onde o Planalto se integrou ao protocolo tático integrado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Da Esplanada?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Da Esplanada.

DEPUTADO MAX MACIEL – *OK*, general. Então, por esse protocolo tático da Esplanada, é competência da Polícia Militar toda a Praça dos Três Poderes. Correto?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem aí um conjunto de atitudes. Isso

aí é uma discussão que se faz com a Subsecretaria de Operações Integradas no Centro de Operações Integradas de Brasília. Então, isso é uma discussão que eu chamaria de colegiado. Isso é uma discussão do colegiado para se chegar a qual é o melhor módulo, qual é o melhor – vamos dizer assim – *modus operandi* para você fazer face a uma manifestação. Então, isso varia de manifestação para manifestação. Em 7 de setembro, teve um planejamento. A posse teve outro planejamento. Você vai se adequando à necessidade de cada instituição...

DEPUTADO MAX MACIEL – Perfeito.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Órgão ou agência governamental.

DEPUTADO MAX MACIEL – Desculpe-me se estamos sendo redundantes, mas é importante, porque vai seguir uma linha que combinamos aqui para tentar amarrar alguns detalhes importantes de tudo o que aconteceu ocasionalmente no dia 8. Porque o que está parecendo aqui é que ninguém sabia o que haveria no dia 8; ninguém sabia que iria haver uma manifestação no dia 8; as tropas não estavam posicionadas no dia 8.

E, quando aconteceu tudo aquilo, até os equipamentos da polícia que chegaram para fazer a dispersão não funcionavam. É um monte de coisas muito engraçadas, apesar de não ser, que nos levaram para aquele desastre do dia 8.

De acordo com esse protocolo, dentro das conjunturas estabelecidas ou não, da incidência ou não, do volume de agravo ou não dessa manifestação, em que momento o GSI, dentro desse protocolo do Palácio do Planalto, é acionado e as tropas já ficam de prontidão? Porque as pessoas, também, não desceram a rampa da noite para o dia. Elas vieram em progressão diária.

Você tem a Alameda das Bandeiras com um determinado contingente, em tese. Depois você tem o campo em frente ao Congresso que deveria ter outro contingente, em tese. Até ultrapassar a área, que é uma área, inclusive, de comando militar, de segurança nacional, que, em tese, não deveria estar... Tudo bem, dizem para nós que a porta não estava aberta, mas com a facilidade de subir a rampa do Palácio do Planalto.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O protocolo é acionado, permanentemente. Então, você já tinha várias tropas lá de prontidão. A primeira tropa que foi chamada foi um pelotão com 38 homens que estavam lá à disposição. Se tivesse, na realidade, todo o aparato que estava no PAI, possivelmente, as tropas de prontidão que eram, mas...

DEPUTADO MAX MACIEL – Isso da Polícia Militar ou do GSI, general?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não entendi.

DEPUTADO MAX MACIEL – Essa prontidão era do GSI ou da Polícia Militar?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A prontidão, de acordo com o Plano de Operações Escudo do Planalto, é tropa do Comando Militar do Planalto. E esse plano, deputado, é assinado pelo secretário executivo do GSI e é assinado também pelo comandante militar do Planalto. No caso, ele foi assinado no meio do ano passado pelo general Penteado e pelo general Dutra.

DEPUTADO MAX MACIEL – Que seria o comandante do Planalto – o Dutra?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, deputado.

DEPUTADO MAX MACIEL – O general Penteado é o secretário executivo no qual, não tendo tempo hábil para a transição, acabou permanecendo e sendo absorvido no processo.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

DEPUTADO MAX MACIEL – General Gonçalves Dias, então, o que aconteceu de errado para que uma instituição, um espaço de poder, como os 3 Poderes, a praça, o palácio de uma presidência de uma nação fosse ocupado daquela forma? Na sua leitura, como general, com a experiência que o senhor tem, o que aconteceu, o que permitiu vivenciarmos aquele dia?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Os diversos órgãos e instituições não cumpriram as suas obrigações. A segurança que deveriam ter feito de acordo com o PAI e deveriam ter feito... deveriam ter executado na Esplanada e na Praça dos Três Poderes.

DEPUTADO MAX MACIEL – General, obrigado pela resposta, da qual eu comungo. E não é só que deixaram de cumprir. Eles sabiam o que deveriam fazer, mas não fizeram, general. Nós, que não estávamos no PAI, que não estávamos na mobilização, sabíamos do risco do dia 8. Pode olhar nossas redes sociais. Nós denunciamos o risco do dia 8.

Mesmo que, no dia 6, quando ocorreu a reunião, não tenha havido nenhuma percepção da letalidade ou de que a situação poderia se agravar, nós já sabíamos o que poderia acontecer. E, quando chegou o dia 7 à noite, quando a PRF, a Abin, todo mundo mandou um agravo, essas tropas foram negligentes e permitiram que acontecesse o que aconteceu. Eu chamo isso a ação mais descoordenada e bem sucedida da história brasileira. (*sic*)

General, eu até fico impressionado quando alguém defende uma instituição como o senhor defende o Exército, como instituição de Estado. Acho que isso é uma parte da sua formação. Mas o Exército, ao que se indica, está com muitos membros da sua composição que não pensam mais o Exército como Estado. Pensam como ativador político real e concreto.

O senhor conhece o general Ridauto Lúcio, general Dias?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Conheço.

DEPUTADO MAX MACIEL – Ele ocupa algum cargo no momento? Anteriormente, qual cargo ele ocupava? O senhor lembra?

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não sei. O último cargo era no Ministério da Saúde, com o general Pazuello.

DEPUTADO MAX MACIEL – A Polícia Federal apreendeu, com o senhor Mauro Cid, o celular e, dentro dele, um grupo com mais de 80 oficiais em que aparecia uma carta dos oficiais superiores da ativa ao Comando do Exército Brasileiro. O senhor tem conhecimento dessa...

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

DEPUTADO MAX MACIEL – Entre eles, está o tenente-coronel Mauro Cid, o tenente-coronel Jorge Alexandre, o coronel Gian Demario, o coronel Anderson Correa, o coronel Rodrigo Lopes, o coronel Márcio Nunes, os próprios generais... Mauro Fernandes, acho que eu já citei.

Não são praças, não são pouca patente, é quase parte de um comando massivo do Exército brasileiro, que, durante os últimos quatro anos, general Dias, fez pronunciamentos, escreveu cartas públicas; como o general Heleno, sentado onde o senhor está aí, escreveu ao *Correio Braziliense* a sua opinião, às vésperas da eleição, questionando a eleição e questionando a possível vitória do presidente Lula.

O Exército, infelizmente, não está mais cumprindo o seu papel na figura de Estado. Não na sua composição, mas pela forma como parte do seu agrupamento conduziu politicamente a iminência de uma nova tentativa de golpe. Essas pessoas que eu citei aqui – isso é da Polícia Federal – estavam tramando com minuta de golpe. Estavam tramando e pedindo ao então presidente na época que incidisse de forma massiva e incisiva à não realização da eleição ou até mesmo, ela ocorrendo e não havendo a vitória que eles gostariam, que invocasse o art. 142, que eles reivindicavam.

Eu queria encerrar, general, dizendo que o que nós vivenciamos no dia 8 foi muito grave. Muito grave. O que se constata, do que nós estamos observando aqui, de tudo que nós já ouvimos... Eu tenho dúvida se isso não pode se repetir novamente, deputado Hermeto. Porque, ora, nós temos a polícia mais bem preparada, mais bem equipada. Podia ser a mais bem paga. Não é mais, não é, deputado Hermeto? Uma capital de um país que tem um comando do Exército fortalecido, sem ingerência política, em tese, e ainda assim, general Dias, nós assistimos...

Porque muita gente acha que golpe pode ser dado com armas, como era antigamente. Não. Existe, deputado Pastor Daniel de Castro, uma tática até de guerrilha, de insurgência da população, com pessoas que desestabilizam, para que – com uma desestabilização, uma insurreição popular, ferindo alguma ordem democrática – possa ser invocada a decisão de

fazer uma incidência maior, mais grave, como, por exemplo, pedir uma GLO. Isso foi que talvez tenha faltado para eles. É que eles estavam aguardando, sentados na sala, mas não tiveram coragem de cumprir. Que bom, não é?

Para encerrar, presidente, que esse relatório consiga indiciar um monte de pessoas, para que isso jamais aconteça no país.

General, muito obrigado pelo seu dia e assim eu encerro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de encerrar, eu quero fazer 2 avisos. Primeiro, que, para a audiência do dia 29, traremos a este plenário o Alan Diego dos Santos e o George Washington de Oliveira. Eles estão presos e vamos aproveitar e fazer o depoimento dos dois no mesmo dia, para diminuir a despesa da Polícia Civil do Distrito Federal, que tem de trazê-los aqui.

Vamos começar a sessão, no dia 29, às 9 horas da manhã. Vamos programar isso direitinho.

Peço aos deputados e deputadas que registrem na agenda o dia 29. Será a última reunião deste semestre.

Quero informar também que a deputada Paula Belmonte acionou o Ministério Público do Distrito Federal – fomos notificados no dia de hoje – dizendo que nós vazamos dados sigilosos do coronel Naime.

Esta CPI não vazou absolutamente nada. O que nós fizemos... É que o documento... a quebra de sigilo bancário dele... Há coisas que eu julguei que não estão de acordo com o que deveria ser e as encaminhei, via presidência da Câmara Legislativa, à Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal, a quem cabe apurar. Não a esta CPI.

Portanto, eu comuniquei ao nosso relator, comuniquei ao presidente da Câmara e foi encaminhado.

Nós fomos notificados hoje, pelo Ministério Público, dessa denúncia de autoria da deputada Paula Belmonte e vamos responder mostrando que nós não quebramos nenhum sigilo, que não vazamos dados do coronel Naime. Acho que é importante que isso fique pontuado aqui.

Por último, eu quero passar a palavra ao general G. Dias, para que ele possa fazer as suas considerações finais nesta tarde de hoje.

MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, presidente, deputado Chico Vigilante; relator, deputado Hermeto; todos os deputados e deputadas presentes. Eu agradeço esta oportunidade. É uma oportunidade, para mim, de elucidar todos os fatos e realmente contar a verdade. Eu espero que nós possamos olhar para frente, olhar para um Brasil do amanhã e não ficar olhando para o retrovisor do Brasil do passado. Espero também que todos os fatos aqui postos sobre o dia 8 sejam realmente elucidados. Quanto às Forças Armadas, eu ainda acredito muito, muito nelas. Se houve erros, esses erros têm que ser apurados em inquéritos; e as pessoas, afastadas e punidas. Ela é uma instituição realmente de Estado e deve ser preservada por todos nós. Nós militares, não. Todos nós brasileiros que pensamos num Brasil maior, num Brasil próspero, num Brasil de futuro e que tenha, na realidade, no contexto mundial, um papel extremamente relevante. Mais uma vez, presidente e relator Hermeto, eu agradeço muito esta oportunidade. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Gonçalves Dias, antes de encerrar, eu quero agradecer a presença de V.Sa. e dizer que foi muito importante quando o comandante do Exército Brasileiro, o general Tomás, mandou que viesse, a esta Câmara Legislativa, o chefe da Assessoria Parlamentar do Exército, que é um general que acertou conosco a vinda dos 3 generais, dizendo que, se transformássemos as convocações em convites, vocês viriam.

Para mim – tenho relatado muito isso, deputado Hermeto – o mais importante de todo esse processo foi quando o representante do Exército, o general que comanda a Assessoria Parlamentar no Congresso Nacional disse – palavras do general Tomás – que o Exército Brasileiro quer virar a página, quer prosperidade e um país crescendo, com geração de

emprego.

Para mim, essa mensagem do comandante do Exército, general Tomás, foi muito importante. Sinto que as Forças Armadas estão entrando no leito natural, saindo da politização maligna para o profissionalismo de uma força que precisa defender a soberania de um país com as dimensões e com a importância do nosso.

Eu quero, mais uma vez, agradecer ao general Tomás e dizer que o que ele assumiu conosco cumpriu. Aqui estiveram os 3 generais depondo de maneira aberta e respeitosa. De nossa parte, também.

Muito obrigado ao senhor, a toda sua equipe, aos advogados e à assessoria toda que esteve aqui.

Está encerrada a nossa reunião no dia de hoje.

(Levanta-se a reunião às 14h50min.)

Documento assinado eletronicamente por **VENESSA DE CARVALHO COSTA - Matr. 12534 , Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 26/06/2023, às 14:46, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516 , Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 26/06/2023, às 14:48, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1235763** Código CRC: **30D3279F**.